



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



**AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NO
ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE
TERESINA-PI**

NAYARA RIBEIRO MATOS

TERESINA -PI

2025

NAYARA RIBEIRO MATOS

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NO
ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE
TERESINA-PI**

Trabalho monográfico apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia pela Universidade
Estadual do Piauí-UESPI / Campus Clóvis
Moura.

Orientador(a): Prof^a. Dr^o. Jânio Jorge Vieira de
Abreu

TERESINA

2025

NAYARA RIBEIRO MATOS

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NO
ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE
TERESINA-PI**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado à Banca Examinadora da Universidade Estadual do Piauí / Campus Clóvis Moura, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação do Prof.º Dr.º Jânio Jorge Vieira de Abreu.

Aprovado em _____ de _____ de 2025 / Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br JANIO JORGE VIEIRA DE ABREU
Data: 19/03/2025 20:09:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.º Dr. Jânio Jorge Vieira de Abreu (UESPI)
Professor Orientador / Presidente da Banca

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CELIA DE SOUSA SANTOS
Data: 21/03/2025 12:21:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Ana Célia de Sousa Santos (UESPI)
Membro Examinadora da Banca

Documento assinado digitalmente
gov.br ELISANGELA DA SILVA FERNANDES
Data: 24/03/2025 10:38:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.ª Mestranda Elisângela da Silva Fernandes (SEMEC)
Membro Examinadora da Banca

Se cheguei tão longe foi porque me apoiei nos
ombros de gigantes.

Isaac Newton

Para minha mãe, Paula Matos por se sacrificar
todos os dias; Para meu pai, Paulo Matos pela
confiança; Para minha família, pelo apoio e
Para meus amigos(as), que me fizeram rir nos
momentos difíceis. Amo vocês, sempre e para
sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelos milagres cotidianos; ao meu orientador Jânio Jorge por acreditar; a minha família que sempre fez o possível e o impossível: Paula Matos, Paulo Matos, Nayane Ribeiro, Francisco Bruno, Raimunda Ribeiro, Rosangela Ribeiro e Rosiana Ribeiro, que fizeram parte desse processo, cada um de uma maneira especial e para as pessoas que foram importantes nessa jornada: Paulo Weliton, por está presente, Raynam Rodrigues e Quey Israelly, por me ouvirem; Samia Beatriz e Gislene Azevedo, cada uma saberá o motivo.

“Me levanto sobre o sacrifício de um milhão de mulheres que vieram antes e penso O que é que eu faço para tornar essa montanha mais alta para que as mulheres que vierem depois de mim possam ver além.”

Legado de Rupi Kaur

RESUMO

O presente trabalho traz os resultados da pesquisa que investigou “As relações de gênero e o processo ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental I de uma escola da rede pública de ensino de Teresina-PI”, o qual partiu do seguinte problema: como a escola pública aborda e constrói uma educação para as relações de gênero no cotidiano, através do processo ensino-aprendizagem? Para responder a esta indagação o estudo teve como objetivo geral: analisar como a escola pública de Ensino Fundamental I, através do processo ensino-aprendizagem, aborda e constrói os assuntos relacionados às relações de gênero em seu cotidiano, para apreender seu impacto no ambiente escolar. Para alcançar o objetivo proposto, desenvolveu-se os seguintes objetivos específicos ou ações investigativas: observar as práticas educativas para as relações de gênero, desenvolvidas pela instituição; verificar os desafios, possibilidades e proposições para a educação das relações de gênero através do processo ensino-aprendizagem e; identificar as concepções dos/as professores/as sobre a importância de se trabalhar as relações de gênero no ambiente escolar. O estudo tem como base teórica: Louro (1997), Lins, Machado, Escoura (2016), Scott (1990), Butler (2003), Beauvoir (1980) e outros/as. Os procedimentos metodológicos do estudo foram os seguintes: pesquisa de campo (Bogdan e Biklen, 1994) sob abordagem qualitativa (Minayo, 2001); na produção de dados utilizou-se questionários (Marconi & Lakatos, 1999), instrumento este para construção do perfil docente, perfil dirigente e perfil da instituição; fez-se observação sistemática (Marconi & Lakatos, 1999) e entrevistas guiadas (Marconi & Lakatos, 1999); participaram da pesquisa o diretor da escola, uma professora efetiva e uma professora complementar, totalizando três participantes. Concluiu-se com o estudo que, embora o tema gênero seja abordado em algumas práticas curriculares obrigatórias do Ensino Fundamental I, não ocorre um trabalho sistemático para a abordagem desse tema no processo ensino-aprendizagem.

Palavras chave: Ensino-Aprendizagem. Ensino fundamental. Relações de gênero. Igualdade de gênero.

ABSTRACT

This paper presents the results of the research that investigated “Gender relations and the teaching-learning process in Elementary School 1 of the public school in Teresina-PI”, which started from the following problem: how does the public school approach and construct an education for gender relations in everyday life, through the teaching-learning process? To answer this question, the study had as its general objective: to analyze how the public Elementary School I, through the teaching and learning processes, approaches and constructs the issues related to gender relations in its daily life, to understand its impact on the school environment. To achieve the proposed objective, the following specific objectives or investigative actions were developed: to observe the educational practices for gender relations, developed by the institution; to verify the challenges and possibilities for the education of gender relations through the teaching-learning process; to identify the teachers' conceptions about the importance of working on gender relations in the school environment. The study is based on the following theoretical frameworks: Louro (1997), Lins, Machado, Escoura (2016), Scott (1990), Butler (2003), Beauvoir (1980), and others. The methodological procedures of the study were as follows: field research (Bogdan and Biklen, 1994) using a qualitative approach (Minayo, 2001); questionnaires (Marconi & Lakatos, 1999) were used to produce data to construct the teacher and management profile and the institution's profile; systematic observation (Marconi & Lakatos, 1999) and guided interviews (Marconi & Lakatos, 1999) were carried out; the school principal, a full-time teacher, and a supplementary teacher participated in the research, totaling three participants. The study concluded that, although the topic of gender is addressed in some mandatory curricular practices in lower elementary education, there is no systematic work to address this topic in the teaching-learning process.

Keywords: Teaching-Learning. Elementary education. Gender relations. Gender equality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO: HISTÓRIA, CONCEITOS E DIRETRIZES	12
1.1 A Sociedade, as Relações de Gênero e a Escola.....	14
1.2 Escola, Gênero e o Ensino Fundamental 1.....	16
2 CAMINHOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA...	20
2.1 Descrição do campo de pesquisa.....	20
2.2 Instrumentos e participantes da pesquisa	21
2.3 Aspectos éticos da pesquisa	22
2.4 Metodologia de análise dos dados.	23
3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA ESCOLA.....	26
3.1 As concepções da gestão sobre a prática e a discussão das relações de gênero na escola	26
3.2 O processo ensino-aprendizagem e a abordagem da temática relações de gênero no Ensino Fundamental	32
3.3 Desafios, possibilidades e proposições para a inserção de práticas educacionais que contribuem para a educação e a igualdade de gênero	38
REFLEXÕES CONCLUSIVAS...	44
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICES.....	52
ANEXOS.....	58

INTRODUÇÃO

Historicamente a sociedade vem sendo definida pela separação de homens e mulheres, evidenciando uma divisão através de estereótipos de gênero e sexuais, constituindo uma dinâmica que culturalmente reproduz a desigualdade de gênero por meio de pensamentos que reforçam a inferioridade feminina. É um processo histórico e social, portanto, passivo de mudanças, mas, são padrões de gênero que refletem na educação escolar e não escolar transmitida de geração em geração, resultando assim em uma educação tradicionalista, moldada pela segregação, preconceitos, violências e exclusão. É um modelo de sociedade que consolida ideias de que cada sexo deve seguir normas impostas as quais são naturalizadas cotidianamente, gerando estereótipos culturais nas escolas, nas famílias, na sociedade, incentivando conceitos intolerantes e determinando as relações de gênero com base em distâncias e discriminações.

Essa discussão torna-se imprescindível nas escolas para construção de uma consciência igualitária, promovendo uma reflexão sobre as práticas educativas, em defesa da equidade de gênero e do modelo de aluno que se deseja formar. Questionando se a formação do educando, seguirá um modelo padronizado e patriarcal ou buscará conscientizar sobre igualdade de gênero, violência, supremacia dominante, respeito e diversidade. Afinal, ao tratar das relações de gênero, todos esses assuntos estão interligados e fazem parte do meio social e educacional em que a criança está inserida.

Portanto, considerando as ideias propostas, se faz imprescindível uma reflexão a respeito de como é abordado as relações de gênero no âmbito educacional, em direção de esquadrinhar que modelo de educação está sendo posto em prática, um modelo tradicional ou democrático.

Com esse propósito, neste presente trabalho, pensado a partir das inquietações da autora, motivadas por suas investigações bibliográficas e experiências práticas no campo educacional, as quais permitiram uma análise crítica e aprofundada sobre o tema. Foi produzido a partir das pesquisas e investigações realizadas em uma escola de Ensino Fundamental I, localizada na região sudeste da cidade de Teresina – Piauí, Brasil. A questão problema deste estudo, busca investigar como a escola pública aborda e constrói uma educação para as relações de gênero no cotidiano, através do processo ensino-aprendizagem, contendo como questões problemas: como o corpo docente trabalha e constrói as relações de gênero no cotidiano escolar; quais as considerações dos/as professores/as a respeito da aplicação de meios que corroborem para a igualdade de gênero no processo ensino-aprendizagem e na concepção e práticas da

escola pesquisada; quais os desafios e as possibilidades para a construção da conscientização para a igualdade de gênero.

Por conseguinte, o objetivo geral procura analisar como a escola pública de Ensino Fundamental I, através do processo ensino-aprendizagem, aborda e constrói os assuntos relacionados às relações de gênero em seu cotidiano, para apreender seu impacto no ambiente escolar. Os objetivos específicos consistem em caracterizar as práticas educativas para as relações de gênero desenvolvidas pela instituição; verificar os desafios e possibilidades para a educação das relações de gênero através do processo ensino-aprendizagem; identificar as concepções e práticas dos/as professores/as sobre a importância de se trabalhar as relações de gênero no âmbito escolar.

Trata-se de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa tendo como base teórica os estudos de Louro (1997), Lins, Machado, Escoura (2016), Scott (1990), Butler (2003), Beauvoir (1980). O trabalho está organizado em 3 capítulos, além da introdução, conclusões, elementos pré-textuais e pós-textuais. O capítulo 1, intitulado ‘Educação para as relações de gênero: história, conceitos e diretrizes’, foi composto em 2 seções: A sociedade, as relações de gênero e a escola; Escola, gênero e o ensino fundamental I. As seções apresentadas, abordam a trajetória histórica e documental do conceito de gênero, as construções dos estereótipos sexuais e padrões de gênero, em sociedade e uma educação para as relações de gênero no Ensino Fundamental I.

Em sequência, o capítulo 2, ‘‘Caminhos investigativos da pesquisa’’, é ordenado em 4 seções, divididas em: Descrição do campo de pesquisa; Instrumentos e participantes da pesquisa; Aspectos éticos da pesquisa e Metodologia de análise de dados, fazendo a exposição do tipo de pesquisa, instrumentos, o local, os sujeitos, diagnóstico do espaço, análise de dados e questões éticas.

Posteriormente, apresenta-se o capítulo 3, denominado ‘‘As relações de gênero e o processo ensino-aprendizagem na escola’’, constituído por 3 seções: As concepções da gestão sobre a prática e a discussão das relações de gênero na escola; O processo de ensino-aprendizagem e a abordagem da temática relações de gênero no ensino fundamental; Desafios, possibilidades e proposições para a inserção de práticas educacionais que contribuem para a educação e a igualdade de gênero. Neste capítulo, aborda-se o contato com a realidade, por meio das experiências vividas através da observação, das entrevistas com perguntas e questionários para levantamento de dados do corpo docente da instituição de ensino fundamental I, discutindo a cultura escolar, relação família e escola, práticas educacionais e as considerações do corpo docente escolar para uma educação para as relações de gênero.

Concluindo com as reflexões finais nas quais busca-se responder às questões propostas, contemplar os objetivos pretendidos e proposições do estudo com a apresentação das constatações feitas em cada capítulo do trabalho na perspectiva de superar os desafios para uma prática educativa das relações de gênero e com isso contribuir para a promoção de um modelo educacional e social inclusivo, igualitário e justo.

1 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO: HISTÓRIA, CONCEITOS E DIRETRIZES

Em nosso contexto social e cultural atual, em que as desigualdades se manifestam de diversas formas, através das distinções de renda, de gênero, de raça e etnia, a escola desempenha um papel crucial na formação de sujeitos críticos, conscientes e respeitosos em relação às diferenças. A escola, portanto, não é lugar apenas para ensinar conteúdos educacionais tradicionais, como as disciplinas da matriz curricular obrigatória, mas um local onde formam pessoas capazes de pensar, conviver e agir no mundo (Cortella, 2015), ou seja, a educação vai além do ensino acadêmico, formal.

Nesse contexto, a educação precisa abranger as diferentes formas de existir e atuar socialmente, através da discussão de temáticas sociais, como as questões de gênero e o racismo, que emergem das condutas sociais e das convicções difundidas no ambiente familiar e social. Os temas sociais, não são questões isoladas, estes representam a construção de conceitos que são fundamentais para as interações humanas e para o entendimento da própria identidade dos sujeitos, que envolvem fatores históricos, culturais e psicológicos. Assim, a maneira como a sociedade constrói e ressignifica, por exemplo, as questões de gênero, ao longo do tempo é crucial para o progresso social e a formação de cidadãos que, além de respeitar as diferenças, possam ser agentes de transformação social.

Por conseguinte, ao ressaltar que, o termo “Gênero” como categoria de análise, como um problema político, histórico e, mais radicalmente, ontológico (Butler, 2003), surgiu apenas no final do século XX. Introduzido nas discussões, de forma mais sistemática, na década de 1970, em teorias sociais para propor uma quebra de paradigma, dispendo de inovações nos modos de conceituar as concepções de feminino e masculino, explicações biológicas e formulação da identidade sexual abstrata. No entanto, se popularizou apenas na década de 1990, por meio de grupos feministas que começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos (Scott, 1990).

Por meio disso, gênero se tornou uma preocupação teórica, para interrelacionar seu conceito com as relações sociais ou sexuais de poder, ou seja, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, oferecendo um meio de diferenciar a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1990). Isto posto, atualmente o tema gênero segundo Lins, Fonseca e Escoura, é uma categoria que analisa como a identidade e as relações sociais são construídas culturalmente. Assim, para os/as autores/as supracitados/as:

Gênero, como compreendemos, é um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder. (Lins; Machado; Escoura, 2016, p. 5- 6)

Isso posto, ao considerarmos o termo relações de gênero, atribuímos às maneiras que os sujeitos moldam a si mesmos a partir de estereótipos, normas de comportamento e expectativas sobre o que é “ser homem” ou “ser mulher” (Lins; Machado; Escoura, 2016). É muito presente o incentivo dessas reproduções de comportamento nas escolas, que através de múltiplos mecanismos como currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação e entre outros são, seguramente, espaços de diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe, incentivando a “fabricação de sujeitos” dentro de moldes pré-determinados (Louro, 1997).

Os antigos currículos e normas estabeleciam, através de padrões sexuais as hierarquias sociais, ao incumbir as escolas femininas o dever de produzir jovens “prendadas” prontas para o casamento e as escolas masculinas fabricar homens formados em todas as áreas do conhecimento, para o mercado de trabalho. Esses manuais se reformularam, no entanto, as consequências históricas das práticas de inferiorização feminina se perpetuam até os dias de hoje, ao continuar modelando e reproduzindo “divisões inalteráveis” entre os gêneros no âmbito social e escolar.

Portanto, notando-se que no âmbito do ensino, o vocábulo “Gênero” ainda sofre tremendas críticas, percebendo um preconceito para trabalhos voltados a essa temática e um grande desconforto por parte de grupos conservadores, mas é nas relações sociais que se constroem os gêneros, estando em todos os âmbitos, sendo fundamental sua discussão. Paulo Freire (2019) expõe que a “educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade”, pois é papel da escola esclarecer e problematizar mentalidades e verdades ditas como certas, analisar a naturalização de estereótipos de gênero que geram desigualdade e violência, propondo a formação de sujeitos aptos para participarem socialmente com pensamento crítico.

Para desenvolver uma educação como prática central e libertadora, se faz necessária uma reflexão sobre o modelo de educação para as relações de gênero que as escolas estão reproduzindo em seu cotidiano, através do processo de ensino-aprendizagem, optando por uma prática tradicionalista, progressista ou outra.

1.1 A Sociedade, as Relações de Gênero e a Escola

Muitos momentos históricos demonstram as violências de gêneros, onde o gênero masculino buscava controlar ou diminuir o gênero feminino. Em épocas como o período colonial, por exemplo, a igreja pregava intensamente sobre o perigo da liberdade feminina, pois segundo eles a mulher trazia a marca do pecado original em sua natureza, sendo a maior conquista feminina encaixar na função de consorte, governanta do lar e ser reprodutor.

Além disso, muitos autores clássicos, em produções literárias e religiosas expõem de maneira natural o machismo e a intolerância em seus escritos, sendo construída desde a Antiguidade. Um exemplo atual disso é o livro “12 regras para a vida: um antídoto para o caos” do autor Jordan Peterson (2018), que demonstra em suas abordagens posturas conservadoras em relação aos papéis de gênero e a maneira “correta” de masculinidade, afirmado que as mulheres, em sua essência, preferem estar em posições subordinadas nos relacionamentos com os homens.

Portanto, em toda a história e território o gênero masculino doutrinou sua superioridade. Aranha (2006) afirma, “Vimos que a divisão se instalou no seio delas: as mulheres, confinadas no lar, passaram a ser dependentes dos homens”. Desse modo, buscando práticas que garantissem o favoritismo, como a criação de leis que os mantinham no controle de forma dominante, deixando o gênero feminino à sua mercê, justificando todas essas atitudes em mandamentos religiosos enviados de um ser superior. Um exemplo de como as diferenças de gênero serviram para a criação de desigualdades é a própria história do magistério e da pedagogia no Brasil (Lins; Machado; Escoura, 2016). Desse modo, o discurso da “vocação natural” das mulheres, que segundo seu papel social são cuidadoras por essência, foi um dos fatores que motivaram a feminização do magistério.

Ademais, esses padrões sociais contribuíram para a cultura do silêncio, em relação ao gênero masculino, apenas nos anos 2000 essa cultura de silêncio foi quebrada, exibindo meninos vítimas de abuso infantil, antes disso, o preconceito garantia a incapacidade de acreditarem que os homens como as mulheres poderiam ser vítimas de abuso, pois segundo seu papel social estes não poderiam ser vistos como “vítimas”. Portanto, toda essa trajetória contribuiu do ponto de vista histórico para a criação de papéis sociais moldados segundo a lógica de dominação do homem sobre a mulher, das imposições sociais padronizadas, tão fortemente enraizadas na sociedade que se difundiram ao longo do tempo.

A fim de se esquadrinhar a disparidade entre masculino e feminino, a palavra gênero foi elaborada, solidificando que a constituição física humana não sentencia de maneira fixa

comportamentos padrões, passando a ser empregada pelo movimento feminista, que já discutia as relações entre homens e mulheres. O pensamento feminista tem como referência a autora Simone de Beauvoir (1980) com sua célebre frase “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, uma afirmação que oferece uma crítica aos padrões de gênero impostos culturalmente em sociedade, fabricando homens e mulheres.

Em contrapartida, com o objetivo de justificar a subordinação feminina, os antifeministas estabeleceram uma base não apenas formada pela religião, filosofia e teologia, mas pela biologia e a psicologia experimental (Beauvoir, 1980). Em função disso, diferentes contextos históricos e sociedades foram palcos de opressões baseadas no fato de um sujeito se considerar superior ao outro, por meio de diferenças de gênero, religião ou raça. Isto posto, ocorre uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos: classe, raça e gênero (Scott, 1990). Essas desigualdades de poder se tornam evidentes ao longo da história, por meio de eventos como o feminicídio, o holocausto e a escravidão na América.

Sendo que “sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores” (Beauvoir, 1980, p. 18). Tendo em vista que no meio social ainda ocorrem inúmeras situações da desvalorização da mulher, mesmo o artigo 5º da Constituição Brasileira determinando que homens e mulheres são iguais perante as leis, a norma não garante, necessariamente, a qualidade de vida das cidadãs brasileiras (Lins; Machado; Escoura, 2016). A negação desses direitos pode ser confirmada quando são constatados fatos de que há salários desiguais entre homens e mulheres, nos abusos no ambiente de trabalho, entre outras experiências que estão longe de garantir a igualdade entre os sujeitos. No Brasil e em outras partes do mundo, ainda justificam padrões de gênero com base em sexos, exemplos destes, são encontrados em frases “meninas precisam ser frágeis e gentis” e os “meninos são fortes e inteligentes”, ou mesmo ao fato de relacionar roupa e cor aos gêneros.

Esta ideia muda com o contexto social, por exemplo, antes da revolução industrial as crianças independentes dos sexos dividiam as mesmas roupas, usavam saias e vestidos por serem mais fáceis de limpar e cores claras como branco e tons pastéis, o vermelho e rosa eram escolhidos pelos homens por representar a força e vitalidade e o azul como pureza e delicadeza referente a imagem da virgem Maria da religião católica.

Desse modo, é necessária uma reflexão da naturalização cotidiana das normas de gênero reproduzidas socialmente, onde estas se infiltram no contexto escolar, sendo ensinadas de modo espontâneo no processo de ensino-aprendizagem, criando estereótipos culturais na educação, produzindo a separação de seus componentes.

Com base nesses pensamentos que se percebe a importância da instituição escolar no desenvolvimento da arte de ensinar para as relações de gênero, de desenvolver pensamentos e atitudes igualitárias, sendo o papel escolar muito maior que a mera transferência de conteúdos, mas buscar gerar discussões que promovam a crítica e a autonomia de pensamento nos/as educandos/as, para que assim seja possível se mudar o meio em que vive (Freire, 1996). Assim, uma reeducação para as relações de gênero é fundamental para retirar ideias pré-concebidas passadas de sujeito para sujeito ao longo do tempo, ou seja, imprescindível para a criação do pleno desenvolvimento do/a educando/a, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, LDB, 1996, Art. 2º).

1.2 Escola, Gênero e o Ensino Fundamental I

Segundo a Teoria social cognitiva de Albert Bandura (2008), os sujeitos aprendem por meio da observação e interação. Complementando essa perspectiva, a teoria sociointeracionista de Lev Vygotsky (2021), sustenta que as interações sociais são fundamentais para a promoção do conhecimento. Ambos os autores convergem ao apontar que a imitação e modelagem da aprendizagem ocorre nos contextos sociais, de maneira bidirecional, onde o sujeito influencia e é influenciado pelo ambiente.

Isto posto, os papéis de gênero estão integrados neste sistema de aprendizagem formado pela modelagem e imitação, transmitidos e reforçados por meio da socialização primária e secundária. São processos de repetição, promovem a reprodução de papéis sociais e a integração de modelos padronizados aos indivíduos, incluídos na fala, no pensar e no julgar a repetição de papéis desiguais e estereotipados que se propagam socialmente. Portanto, para corresponder normas impostas socialmente, o sujeito tende a se comportar como espera o modelo dominante de masculinidade e feminilidade, ocorrendo a inclusão ou exclusão de objetos, espaços, brincadeiras e atitudes que determinam o que é ser homem e mulher em nossa sociedade, influenciando separações e criando uma identidade de gênero formada por intolerâncias.

Com base nisto, o processo de [construção](#) das identidades de gênero tem grande influência dos agentes de socialização secundária. A instituição escolar, por exemplo, “não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as produz” (Louro, 1997, p. 80-81), perpetuando pensamentos preconceituosos na educação de modo espontâneo, ministrada de geração em geração, formando assim uma educação tradicionalista, moldada pela separação de seus componentes.

Louro (1997), afirma que “Diferenças, distinções, desigualdades. A escola entende disso, na verdade, a escola produz isso.”, em seu cotidiano não apenas em suas falas, mas nas normas e os estereótipos de gênero se reproduzem (Lins; Machado; Escoura, 2016), através de múltiplos mecanismos, como brincadeiras, atividades, materiais pedagógicos, dinâmicas formativas, planejamentos, separações de desempenho e cores por gênero, até mesmo nas disciplinas e nos conteúdos escolares. É uma instituição que, em muitas experiências, de modo implícito ou explícito apoia e reflete pensamentos misóginos, como por exemplo, a crença da superioridade masculina no âmbito acadêmico, “no Hebdo-Latin um estudante declarava há dias: “Toda estudante que consegue uma posição de médico ou de advogado rouba-nos um lugar” (Beauvoir, 1980, p. 18).

Desse modo, em relação ao currículo, o tema “Relações de Gênero” foi inserido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), ao currículo do Ensino Fundamental I, sendo exposto como temática transversal, pertencente às recomendações de orientação sexual, abordando a introdução ao tema, de modo abstrato e raso em relação a experiência do currículo (Gama, 2004), não atingindo maior clareza ao não se problematizar e optar por reduzir o assunto. Assim, não ocorre indicadores para a inserção da temática referente às relações de gênero no processo de ensino-aprendizagem no 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental.

Além do Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) do Ensino Fundamental I, a primeira versão elaborada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2015), abordava de forma ampla e clara as questões de gênero e sexualidades, existindo “não só Habilidades que propunham discutir questões de gênero e sexualidade, mas também competências gerais, que norteavam o documento, e consequentemente a organização da educação” (E. Silva, 2020, p.147), significando um progresso nos documentos educacionais oficiais Brasileiros.

No entanto, a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2015), se deu de modo negativo por grupos conservadores, tendo como “principais embates e posteriores exclusões [...], as proposições de habilitação que propunham discussão sobre corpo, gênero e sexualidades” (E. Silva, 2020, p.146). Na realidade, na última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), ocorreu foi o silenciamento das questões de gênero, que por consequência reforçou uma educação sexista, contribuindo para uma sociedade patriarcal.

Por conseguinte, a omissão das questões de gênero na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), conduziu uma invisibilidade nas temáticas de gênero em grande parte dos livros didáticos. Ao analisar os conteúdos escolares referentes a história, é possível perceber a pouca ou nenhuma abordagem da discussão a respeito da participação da mulher nos eventos históricos, apoiando a ideia de Scott (1990, p. 74) ao afirmar que ‘No que se refere à

participação das mulheres na história, a reação foi, na melhor das hipóteses, um interesse mínimo.” Por exemplo na segunda guerra mundial, cujo nome dado às mulheres aviadoras militares do 588º Regimento de Bombardeiros Noturnos, foi “Bruxas da noite”, ou no Brasil, durante a ditadura militar, as feministas se opuseram e participaram, combatendo além das desigualdades entre gêneros, mas pela redemocratização do país.

Outros acontecimentos constatados no âmbito educacional é a desvalorização e pouco incentivo para as mulheres adentrarem nas áreas de exatas, pouco se fala de mulheres que mudaram o rumo das ciências como Marie Skłodowska Curie que foi física e química, conduzindo pesquisas pioneiras sobre a radioatividade e foi a primeira mulher a ganhar o Prêmio Nobel, sendo recebido duas vezes em dois campos científicos diferentes. Rosalind Franklin também teve seu papel na química, contribuindo para a compreensão das estruturas moleculares como o DNA e RNA, possuindo apenas o reconhecimento póstumo.

Além de que, atualmente se observa casos semelhantes, com mulheres sendo protagonistas, mas que não possuíram sua valorização no âmbito educacional, por exemplo Jaqueline Goes, biomédica brasileira que coordenou a equipe responsável pelo sequenciamento do genoma do vírus SARS-CoV- 2 apenas 48 horas após a confirmação do primeiro caso de COVID- 19 no Brasil, juntamente com Ester Sabino. Essas mulheres que fizeram história nas exatas poderiam ser fonte de inspiração para as meninas que sonham em adentrarem a área das ciências, mas que são desmotivadas pelos altos índices masculinos que dominam essas áreas.

Ao se reafirmar normas de gênero, não se estar apenas justificando comportamentos a partir da diferença entre os sexos, mas também está ensinando como toda a sociedade espera que homens, mulheres, meninas e meninos se comportem e limitem suas possibilidades de existir no mundo (Lins; Machado; Escoura, 2016). O romance “A mecânica do Amor” da autora Alexane Farol (2023), demonstra a realidade desse pensamento ao expor uma crítica bem desenvolvida ao preconceito e julgamento presente contra as mulheres na área de robótica:

Se você quer mesmo ser engenheira, então se prepara, se prepara pra ouvir “não”. Se prepara pra ouvir “você não é capaz” [...], ouvi que garotas não são capazes de ganhar campeonatos de matemática ou construir robôs a vida inteira. Meus irmãos todos fazem medicina, mas todo dia eu ouço que preciso me comportar como uma dama, sorrir e ser educada, ser bonita e bem delicadinha... e que garoto já teve que ouvir isso? Nunca aconteceu. (Farol, 2023, pág. 205)

Tal naturalização de ideias, fabrica e incentiva gestos, movimentos, sentidos que são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos (Louro, 1997). Essa fabricação incentiva pensamentos que promovem futuramente o preconceito, a violência de gênero, o racismo, a exclusão e a dominação. Sendo necessária a

reflexão sobre o quanto as diferenças de gênero são resultadas da história e da educação em nossa sociedade.

A obrigação de uma educação para a igualdade de gênero, tem fundamentação legal na Constituição Brasileira de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no Art. 2 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Além destes, está assegurado nos tratados internacionais de direitos humanos, entre estes estão: a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1960).

Assim, levando em consideração que o meio educacional é a primeira etapa da vida de todo ser humano, através do qual ele busca se descobrir e explorar o mundo em que vive, é necessário perguntar qual é a função do/a educador/a e da equipe educacional frente às questões de gênero, se como educadores/as estão educando para modificar opiniões e comportamentos que favorecem a manutenção da violência de gênero ou reforcem normas e ideais estereotipadas, que promovem a exclusão, em particular quando se julga conhecimentos e formas de se expressar que sejam distintas, possuindo uma visão dita como “certa” ou “errada” baseada em opiniões próprias. Desse modo, as próprias concepções e valores dos/as professores/as referente a gênero interferem no currículo oculto, podendo deixar ideias pré concebidas influenciar nos métodos escolhidos de ensino e avaliação do/a aluno/a.

Percebe-se que é nas primeiras etapas do ensino, que se deve abordar assuntos relativos ao respeito e tolerância, buscando a defesa da equidade de gênero, observando que modelo de aluno estão formando, se estão optando por um modelo padronizado e patriarcal ou ocorrendo a conscientização para a igualdade de gênero, contra a violência, contra a supremacia dominante, valorizando as diversidades, tendo em vista que quando falamos em relações de gênero, todos esses assuntos estão interligados e fazem parte do meio social e educacional em que a criança está inserida.

Assim, orienta-se subverter os arranjos tradicionais de gênero na sala de aula: inventando formas novas de dividir os grupos, promover discussões, produzir novos textos, entre outros meios para uma educação não sexista (Louro, 1997). Promove-se com essa prática uma quebra de paradigma necessária, onde este modelo excludente já não serve mais, optando pelo progresso e igualdade.

2 CAMINHOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA

O estudo foi iniciado com um levantamento bibliográfico e documental tendo como procedimento técnico principal uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa na rede pública de Teresina. A escolha da pesquisa de campo se justifica por possibilitar o encontro com a realidade da situação-problema, o que possibilita a relação direta com os participantes passando muito tempo no território destes, onde se entregam às suas tarefas diárias, sendo estes ambientes naturais, o objeto de estudo dos investigadores (Bogdan e Biklen, 1994).

O tratamento dos dados foi feito com base na análise qualitativa, cujo foco, segundo Minayo (2001) busca responder a questões muito particulares, se preocupando com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalhando com o universo de significados, crenças, valores e atitudes.

Considerando o aprofundamento da pesquisa é um estudo de cunho descritivo, por ter em seu objetivo “levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população” (Gil, 2002, p. 42). Dessa forma, utiliza-se bases do próprio contexto escolar, privilegia-se os princípios dos indivíduos examinados em relação às suas ideias a respeito dos objetivos do estudo, mostra “como se apresentam esses fatos e fenômenos, ou, mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada” (Oliveira, 2010, p. 68).

Portanto, justifica-se pela abordagem de pesquisa direta, possibilitando o convívio e o contato de modo pessoal, tendo uma experiência sincera com o assunto abordado, onde o “pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe” (Fonseca, 2002), possuindo como vantagens os “resultados que costumam ser fidedignos, [...] maior probabilidade dos sujeitos oferecerem respostas mais confiáveis.” (Gil, 2002, p. 53).

2.1 Descrição do campo de pesquisa

A investigação ocorreu em uma instituição pública de Ensino Fundamental I, localizada no município de Teresina, Estado do Piauí, o nome da instituição não foi identificado, mantendo o anonimato e preservando a identidade da mesma e dos/as participantes. A escola atende os níveis da educação básica e Educação de Jovens e Adultos (EJA), das etapas de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Suas atividades ocorrem nos turnos da manhã, tarde e noite, sendo frequentadas por uma comunidade periférica que conta com

transporte escolar.

Em sua estrutura física, a instituição possui uma infraestrutura acessível e ampla, contendo sala dos/as professores/as, almoxarifado, diretoria, secretaria, quadra esportiva, refeitório, pátio, diversas salas de aula climatizadas, cozinha, biblioteca e sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE). O prédio conta com profissionais de preparação e segurança alimentar, de apoio e supervisão pedagógica, estagiários/as e professores/as de disciplinas distintas.

Os projetos educacionais da escola são desenvolvidos geralmente por motivos de necessidades específicas ou inquietações do corpo docente. Os/as professores/as ou equipes responsáveis costumam propor iniciativas por desejo próprio, com o objetivo de promover intervenções pedagógicas ou concluir temas abordados em sala de aula. Atualmente, a instituição oferece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno dos/as estudantes participantes. Além disso, diante de episódios de racismo observados pela equipe escolar, está em elaboração um projeto voltado para a conscientização racial.

Em relação à turma do 1º ano do Ensino Fundamental I, a escola mantém uma única sala ativa nesse nível, nos turnos da manhã e da tarde, com uma média de 15 a 18 alunos por sala. Entre os/as estudantes, há crianças com transtorno do espectro autista. Para atender às necessidades específicas dessa turma, a escola conta com uma professora efetiva, uma professora complementar, um estagiário de apoio e três auxiliares de inclusão em cada turno.

2.2 Instrumentos e participantes da pesquisa

O estudo teve como instrumentos e técnicas de investigação ou produção de dados: a observação, entrevista guiada e questionário. A técnica de observação “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, consiste de ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos” (Marconi & Lakatos, 1999, p. 90), de modo sistemático, estruturada e não participante. Foi escolhido a técnica entrevistas porque possibilita o “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (Marconi & Lakatos, 1999, p. 94). Além destes, foram aplicados questionários com perguntas mistas buscando construir o perfil profissional dos participantes e da instituição, sendo um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que foram respondidas por escrito” (Marconi & Lakatos, 1999, p. 100), possuindo como vantagem o pensamento livre, as respostas variadas e fies a opinião, a originalidade e a liberdade de expressão, com objetivo de levantar ideias. Tem-se como justificativa dos procedimentos, a melhor inserção no

ambiente, nas práticas e na receptividade dos participantes, levando a contribuir mais com a pesquisa.

A técnica da observação teve como foco a prática de ensino da professora efetiva e da professora complementar; as entrevistas e questionários envolveu um/a (01) professor(a) efetivo(a), um/a (01) professor/a complementar e o/a Diretor(a) da instituição escolhida, totalizando 3 pessoas participantes, possuindo na análise interpretativa da pesquisa o segmento de três ações: descrever, analisar e interpretar, ocorrendo a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais do tema, não buscando opiniões isoladas, mas sim apontando estas a outros dados.

A partir do questionário destinado à construção do perfil dos/as participantes e da instituição, foi constatado que os docentes e gestão tem a faixa etária por base de 31 - 40 anos, possuindo graduação nas áreas de conhecimento e educação continuada por meio de mestrado e especializações na área educacional, ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) e cursos independentes, assim exercendo suas funções no âmbito educacional com tempo de serviço de 11- 16 anos, de forma presencial nos turnos manhã, tarde e noite do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Teresina/PI.

2.3 Aspectos éticos da pesquisa

Este estudo possuiu riscos de desconforto, riscos de constrangimento, de incômodos no momento das entrevistas, das observações e da aplicação de questionários, no entanto a pesquisadora procurou evitar ou amenizar estes riscos e se porventura tivessem ocorrido, a pesquisadora garantiria assistência aos participantes arcando com despesas, providenciando atendimento especializado, se necessário. Sendo que os prováveis riscos que a pesquisa poderia trazer aos participantes se introduziram nas circunstâncias pessoais ao narrar e revelar sobre as relações de gênero, os valores, os métodos pessoais de ensino, as dificuldades com questões de gênero no processo de ensino-aprendizagem, os planejamentos e momentos vivenciados, expressando assim suas vivências docentes com as concepções e práticas próprias sobre gênero e portanto podendo despontar comoções relativas à exposição e à sensibilidade com as dificuldades.

O trabalho foi realizado em espaços reservados com a garantia de sigilo e preservação dos dados. A pesquisadora abordou a finalidade da pesquisa e sua importância, conservará o anonimato e sigilo dos participantes, esclareceu possíveis dúvidas, providenciou a assinatura do Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE), estabelecido pela resolução CNS no

510/16, nas diretrizes da Resolução nº. 466/12, de 12 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, sendo que a produção de dados ocorreu somente após os esclarecimentos e assinatura do termo.

Levando em consideração que os dispositivos eletrônicos poderiam apresentar falhas e buscando evitar essas, realizou-se o arquivamento dos documentos em ambiente compartilhado ou "nuvem" que foram utilizados durante a pesquisa. Finalizando que em todo e qualquer momento, manteve-se a liberdade, o diálogo e a interação com os partícipes para retirar ou minimizar dúvidas e resolver quaisquer problemas que pudessem intervir na realização do estudo.

Os Benefícios pós-pesquisa ou o retorno para a Escola e docentes ocorrerá por meio da exposição das conclusões da pesquisa e de oficinas voltadas para a igualdade de gênero, com o objetivo de colaborar para a prática no Ensino Fundamental que possibilite uma educação para as relações de gênero, orientando os/as professores/as e a comunidade escolar, as possibilidades de discutir a temática proposta em conjunto com as disciplinas e projetos cotidianos, discutindo e podendo superar a violência de gênero, estereótipos e papéis sociais desiguais.

Espera-se com este estudo e a participação do corpo escolar uma maior reflexão e compreensão do processo de ensino-aprendizado, através de uma atitude reflexiva das ações educativas promovendo uma educação para as relações de gênero.

2.4 Metodologia de análise dos dados

A metodologia de análise dos dados, especialmente o tratamento dos dados coletados ou produzidos no campo de pesquisa, foi desenvolvida tendo como base a abordagem qualitativa. Como já foi abordado em seção anterior deste capítulo, essa abordagem busca responder a questões muito particulares preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalhando com o universo de significados, crenças, valores e atitudes. (Minayo, 2001). Portanto, após a produção dos dados no campo de pesquisa, ocorreu a adoção de uma metodologia de análise com base em Gil (2002), Abreu (2015) e Bogdan e Biklen (1994). Esta análise de dados, entendida com base na concepção dos autores supracitados, significa o processo de busca e organização sistemática das informações que forem recolhidas no campo com uso do instrumento e da técnica de pesquisa utilizada.

A análise de dados, operacionalmente, aconteceu com base em procedimentos adotados por Abreu (2015), onde os dados, por sua vez recolhidos ou produzidos no campo,

foram inicialmente transcritos fielmente às falas e às gravações feitas ou às notas de campo, seguindo-se da criação de um arquivo com as perguntas e as respostas obtidas quando do uso de questionários e entrevistas ou categorizados de acordo com os aspectos dos roteiros de outras técnicas, quaisquer que sejam os instrumentos. Neste trabalho, especificamente, optou-se pelos instrumentos: roteiro de entrevistas, roteiro de observações e o roteiro de perguntas do questionário que, uma vez aplicados, a partir dos quais realizou-se um agrupamento de questões com perguntas afins para cada seção de texto do capítulo das análises de dados.

Para realização da análise dos dados proposta, mediante o exposto, utilizou-se a recomendação de Gil (2002) para quem a análise deve ser feita na forma de uma sequência de atividades que envolva a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório. Dando continuidade, com base em Abreu (2015), desenvolveu-se um agrupamento de perguntas e respostas ou de aspectos / temas selecionados, separando grupos de perguntas e respostas ou aspectos / temas por campo ou unidades do conteúdo, aspectos relacionados entre si os quais foram analisados por seções de texto.

A partir dessa organização em que se divide o conteúdo por grupos de perguntas ou aspectos / temas, foi adotado um passo a passo analisando aspectos convergentes, divergentes e complementares entre si adotando os seguintes passos: 1) apresentação por escrito da interpretação das respostas da primeira pergunta ou aspecto do primeiro grupo de perguntas selecionadas para a seção; 2) apresentação de partes dos depoimentos ou notas de campo, como comprovação da interpretação; 3) apresentação de um autor que dê sustentação ou dialogue com o aspecto analisado; 4) posicionamento crítico da pesquisadora; 5) busca de aspectos diferenciadores, termos, categorias diferentes apresentados pelas participantes ou identificados nas notas, ou seja, elementos inovadores ainda não contemplados na análise, como forma de esgotamento da significação dos dados e efetivação da abordagem qualitativa.

Concluída a análise da primeira questão ou primeiro aspecto / tema analisado, deu-se prosseguimento à análise da segunda questão ou aspecto, desenvolvendo os mesmos passos até concluir todas as questões da primeira seção de texto e passar para a segunda seção de texto.

Assim, as finalidades da análise se basearam em “estabelecer uma compreensão dos dados coletados, [...] responder às questões formuladas, alcançar os objetivos e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte” (Gomes Minayo, 1994). Portanto, feitas as interpretações entre as opiniões ou realidades de um indivíduo para outro, dentro do mesmo ambiente sobre o determinado estudo, definindo discussões e contextos, sucedendo-se na análise de conteúdo refletindo os objetivos da pesquisa, devidamente contextualizados, atribuindo significados.

3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA ESCOLA

Na escola, o Ensino Fundamental I é uma etapa que tem como intenção primordial promover as crianças com idades entre 6 e 10 anos, os saberes essenciais para seu progresso escolar e pessoal, estes estabelecem o suporte para os conhecimentos que serão aprofundados nos anos seguintes. Inicia-se a educação no Ensino Fundamental pelo encontro do educando com as disciplinas curriculares e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Para ocorrer o amadurecimento pleno do educando durante essa etapa, a convivência social e a construção de valores como respeito, solidariedade e responsabilidade são temas indispensáveis, orientando os alunos para a convivência em sociedade e para os desafios do futuro. Mediante este propósito do Ensino Fundamental I e do desejo da pesquisadora de conhecer a prática escolar, especialmente a abordagem das relações de gênero no processo ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental I promoveu-se o encontro com a escola e as pessoas participantes do estudo na investigação junto ao campo de pesquisa.

O trabalho resultou neste capítulo, o qual constitui um texto com três subdivisões ou subseções. O primeiro tópico nomeado “As concepções da gestão sobre a prática e a discussão das relações de gênero na escola”, busca analisar a cultura escolar; as concepções da gestão para uma educação para a igualdade de gênero e a colaboração entre família e escola na construção de valores sociais. O segundo tópico intitulado “O processo de ensino-aprendizagem e a abordagem da temática relações de gênero no Ensino Fundamental”, investiga a estrutura física da escola e sala de aula por meio dos recursos e materiais didáticos e o planejamento e metodologia proposta em sala pelas professoras efetiva e complementar. Por último, o terceiro tópico, aborda os desafios, possibilidades e proposições para a inserção de práticas pedagógicas que contribuem para a educação e a igualdade de gênero, a discussão sobre as questões de gênero e as práticas pedagógicas.

3.1 As concepções da gestão sobre a prática e a discussão das relações de gênero na escola

O contexto escolar é palco de inúmeras constatações, e entre as que mais se destacam é o reconhecimento da existência de uma cultura própria dessa organização, com práticas distintas e singulares. Assim, a instituição escolhida demonstra sua cultura através dos conceitos e práticas educativas que podem ocorrer tanto de forma explícita, as quais partem do currículo, ou de modo implícito, aquelas que se constituem pelo currículo oculto.

Desse modo, a cultura escolar predominante na instituição escolhida, especialmente a cultura das relações de gênero, é constituída por “apagador de incêndios”, em outras palavras para a solução do problema acontecer são realizadas no tempo em que surgem, com o caráter de resolução apenas focalizada no momento, sem uma investigação profunda dos problemas (Machado, 2013), portanto sempre transpassado pela probabilidade de urgência. Dialogando com essas reflexões, apresenta-se o depoimento do diretor da escola pesquisada a respeito de sua gestão e seu trabalho na conscientização para a igualdade de gênero:

A gente tem trabalhado quando aparece a situação, quando nos vem alguma demanda nesse sentido de discriminação por exemplo, intervindo a partir da demanda, então a gente não tem atacado a questão de maneira preventiva ou de maneira formativa, tem meio que recebido as demandas espontâneas e feito as intervenções pontuais, o que é interessante, mas a gente sabe que não é suficiente. (Diretor, 2024)

É possível constatar através da fala do diretor, que a escola não tem trabalhado de forma planejada para uma educação que fuja do modelo tradicional, silenciando, pois, as minorias que precisam ser reconhecidas e as abordagens de temas transversais que preparam o educando para viver em sociedade, mas a gestão tem a capacidade de rever suas crenças e conceitos para uma reorientação da prática, ou seja, para uma educação para a igualdade de gênero.

Este modelo de ensino relatado pela gestão, está em oposição com os conceitos de Louro (1997, p. 64), a qual afirma que todas as dimensões escolares precisam ser “colocadas em questão. É indispensável questionar não apenas ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. ‘Desse modo, uma prática desenvolvida apenas como “apagar incêndios” ou não abordar problemas sociais de modo amplo para incentivar sua problematização, orientação e resolução constitui um modo simplista de se abordar os temas transversais e consequentemente sucede a falha no ensino do/a educando/a.

Dando continuidade às reflexões acerca das intervenções das questões de gênero na escola, analisa-se uma situação vivida e relatada pelo diretor:

Teve uma situação que a gente colocou, por exemplo, o uso da quadra da escola durante o recreio, então os meninos jogam bola, brincam e tal, e aí veio, de repente, as meninas reivindicarem, “Por que só os meninos usam a quadra? Por que a gente também não tem o direito de usar, de jogar bola e tal?” E eu achei muito bacana, muito interessante essa reivindicação, porque, para mim estava uma coisa tranquila que as meninas não fazem questão de jogar bola e eu tomei a decisão de que elas não gostariam de usufruir daquele espaço, que não era o espaço das meninas. Aí está eu praticando um preconceito de gênero (...) aí lá vou eu refletir, conversou e tal, definiu, fez um calendário, e tal dia são as meninas que vão jogar e elas vão jogar o que elas quiserem: Futebol, futsal, vôlei, enfim, é exclusivo delas esse dia. Então, ações como essas são necessárias. (Diretor, 2024)

Diante do exposto, percebe-se que devemos estar atentos, sobretudo, para as nossas práticas e linguagens, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que elas frequentemente carregam instituindo o que parece, quase sempre, muito “natural” (Louro, 1997). São situações que os/as gestores/as e educadores/as podem explorar para promover intervenções ou ações educativas ao em vez de esquivarem-se da responsabilidade diante do conflito, munindo-se assim dessas possibilidades para trazer o tema relações de gênero para o centro da pauta (Lins; Machado; Escoura, 2016), são esclarecimentos que poderão contribuir para a conscientização e superação dos preconceitos de gênero.

Além disso, outra situação que pode ser relatada, foram “casos de meninas faltarem à escola por estarem menstruadas e não terem condições de comprar um absorvente” (Diretor, 2024). Diante disso, a escola buscando intervir nessa realidade promoveu arrecadação solidária de absorventes envolvendo a comunidade. Isso foi resultado da adesão da instituição a um programa oferecido pela SEMEC voltado para o combate à pobreza menstrual. Por meio desse programa a instituição recebe os recursos, mediante inscrição feita pelas alunas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico ou outro programa social do município de Teresina, ou ainda, em situação excepcional.

Com esse procedimento a instituição faz a compra dos absorventes para as alunas que necessitam e as mesmas recebem um kit de absorventes mensalmente, facilitando a permanência das mulheres na escola. Portanto, práticas como essas contribuem de forma significativa para a expansão da ideia de igualdade. Tais intervenções não se constituem de modo efetivo para a conscientização do problema, não promovendo mudanças efetivas e permanentes para uma educação para as relações de gênero, mas o modo como a escola vem se estruturando tem ao menos fortificado mecanismos geradores de adaptação à realidade do alunado.

Observa-se que o Diretor (2024) da escola reconhece que é papel da escola construir uma cultura de igualdade de gênero, pois ele próprio afirma: “que é a escola, a direção da escola, a gestão da escola que são responsáveis por conduzir, coordenar todo o processo educativo [...]”, acrescentando então que “é fundamental para que a gente tenha uma ação mais ostensiva e não só pontual”.

Pode-se constatar, no entanto, que não vem ocorrendo formações ou a intenção de discutir a respeito de gênero ou a educação para a igualdade de gênero de modo mais amplo e sistemático, mesmo sendo uns dos tópicos assegurados no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição:

Igualdade, todo aluno tem direito de ser tratado com igualdade. Não importa gênero, nem sexualidade, nem cor da pele, nem origem, nem religião, nem nada. Então está ali no nosso PPP, assim como está nas orientações. Mas está em meio a tantas outras coisas e outras coisas que se apresentam de maneira mais urgente, mais gritante, que a gente na prática não tem dado a atenção que deveria. (Diretor, 2024)

É importante observar que a escola, através dos seus agentes, tem desenvolvido algumas intervenções pontuais nas questões de gênero no sentido de promover uma educação que desconstrua as desigualdades. No entanto, reconhece que não realiza um trabalho preventivo de forma planejada e permanente. Neste sentido, vale refletir sobre o que afirma Lins; Machado; Escoura (2016), “tendo como um dos objetivos centrais dos/as educadores/as criar alunos/as mais equipados para lidar com um mundo permeado de diferenças, não é possível se isentar da responsabilidade e do compromisso de gerar espaços mais democráticos e seguros”.

Outro tópico é a relação entre família e escola para criação de valores e a abordagem de temas transversais, e de modo amplo, na escola escolhida esse relacionamento é frágil, em todos os aspectos, se constituindo na pouca ou nenhuma participação das mães, pais ou responsáveis na formação de valores educacionais e sociais em concordância com a instituição, uma realidade que pode ser comprovada por meio de considerações do diretor, apresentadas a seguir:

A escola tem tentado dialogar muito com as famílias. Mas esse diálogo não está fluindo. E aí a escola tende a botar a culpa na família. Que em certos aspectos eu concordo. As famílias têm se isentado muito de um papel educativo de verdade para as crianças e tudo. Então a família delega muito para a escola, para as instituições públicas esse papel, isso é uma percepção generalizada, claro. Mas também eu reconheço que a escola às vezes não consegue se comunicar bem com a família. A escola também está tão angustiada que não dialoga bem com a família. Então, é um processo comunicativo que tem inúmeras falhas. (Diretor, 2024)

Diante do exposto, é possível notar os obstáculos que fazem parte de modo contínuo na rotina escolar para a inserção da família no âmbito educacional, vivenciados através: das frustrações por parte do corpo docente; os desvios de responsabilidade; a baixa comunicação; as diferenças de tempo, sociais e de ideias; dentre outras, que distanciam a relação entre a família e a escola. Sendo assim, ao ocorrer os conflitos entre família e escola, é comum que estes influenciem diretamente na visão dos/as educadores/as e gestores/as em relação a família, ideias que mostram a família como a vilã responsável pelas disfunções vividas no cotidiano escolar (Silva, 2003), mas o diretor reconhece não apenas o pouco envolvimento da família, indo além ao afirmar o papel fundamental escolar de dialogar com a família, que está sendo posto de lado.

Por conseguinte, os obstáculos presentes para a inserção da família na escola, influenciam de forma direta a escola a tomar toda a incumbência de educar de forma totalitária para si, e o educador/a acaba por assumir esse papel, mesmo que de forma involuntária, quando a mãe, pai ou responsável por falta de renda, ou por trabalhar fora de casa, não tem disponibilidade de cuidar de seu filho, transfere os cuidados de saúde e educação para os profissionais educacionais (Bógus, 2007). Com isto posto, não existindo diferenças entre as obrigações da escola e da família, bem como objetivos comuns, e responsabilidades que dizem respeito a educação dos alunos (Bhering e Nez, 2002), ocorre ao aluno/a, a sensação de viver em dois “mundos” distintos, de desempenhos confusos, família de um lado e escola do outro, que muitas vezes possuem concepções desiguais.

Ao se referir aos ensinamentos de valores para uma educação para a igualdade de gênero, é declarado que a “educação é papel da família, do Estado e da sociedade e a educação para igualdade de gênero entra aí. Então, todos temos um papel fundamental” (Diretor, 2024). O Diretor da escola, apoiando sua fala por intermédio do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, em seu Art. 22, expõe o papel e o compromisso que os pais, mães e responsáveis devem ter pela educação dos menores, cuja obrigação se baseia em “sustentar os filhos menores, cuidar dos filhos menores, educar os filhos menores, cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais em favor dos filhos menores.”, por meio de direitos iguais, deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança.

A escola investigada, busca de modo geral inserir a família no processo de ensino-aprendizagem, para orientar a respeito de valores sociais quando a questão problema surge no cotidiano, mas não possuem práticas de evitar ou resolver de modo efetivo práticas hostis, o que pode ser constatado por meio do relato feito pelo diretor:

A gente dialoga aqui e acolá com as famílias, chama os pais. Então, teve já casos que teve um aluno que estava com prática de racismo contra uma aluna. Estava chamando o cabelo dela disso, daquilo outro, a gente chamou a família e conversou que é crime, e se a família vai seguir essa nossa orientação, aí eu já não sei, né? Porque o aluno não aprende a ser racista sozinho, né? Ele aprende em algum lugar, seja na família, seja em outros ambientes que frequenta. Então, teria que educar a família também. E assim, a gente não dá conta. Então, a gente tem aí, nossa, é uma dinâmica muito complexa, que eu reconheço que a escola não dá conta, tem demandas da família que são demandas muito sérias, muito graves, e que o poder público não vai conseguir. Então, a gente tem que dar conta mesmo, que a gente chame assistente social, conselho, não sei quem, pra poder conscientizar. E isso vai repercutir necessariamente na escola, o que sobrecarrega a gente. Então, assim, a gente não consegue avançar por conta dos inúmeros problemas que a gente já tem. (Diretor, 2024)

Atualmente, existem políticas públicas educacionais para a garantia do/a estudante na escola, tendo como exemplos os programas públicos, o Programa Bolsa Família, que promove

auxílio financeiro para as famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Para isso, a família precisa se comprometer com a frequência escolar regular, a vacinação e acompanhamento hospitalar, bem como atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visa promover as refeições, para o combate da desnutrição. Além destes programa citados, tem-se leis e programas voltados para o combate ao racismo, como a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas; Lei nº 12.288/2010, destinado a garantir a igualdade de oportunidades, combater a discriminação e promover a integração social e econômica da população negra; Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), que busca garantir tratamento igualitário no acesso a oportunidades, dentre outros.

Todavia, na prática escolar, mesmo com políticas e programas públicos que garantem a permanência dos/as alunos/as, a disseminação da igualdade e o respeito racial, a realidade é outra, no cotidiano escolar o racismo e a intolerância ainda é um problema urgente, precisando ocorrer de fato a prática de políticas públicas para a conscientização da igualdade racial. Para que se tornem escassas situações em que o corpo docente precise assumir todas as responsabilidades, sobrecregando a instituição que, em algumas circunstâncias, se encontra desamparada pelo poder público. Desse modo, ao reconhecer as dificuldades presentes na escola e não garantir assistência de toda uma rede pública, nos tornamos incapazes de perceber as lutas e imagens ausentes do processo de ensino, tais como: os empobrecidos, as mulheres, os afrodescendentes, os africanos, os indígenas, os idosos, os homossexuais, os deficientes, entre outros, (P. Silva, 2007), que precisam de assistência para vencer sua realidade, garantindo oportunidades a todos.

Ademais, um dos papéis da escola é de desmistificar verdades tidas como certas aprendidas socialmente, as quais em muitas situações, trazem o racismo estrutural, que pode ocorrer por meio de ensinamentos preconceituosos de modo implícito ou explícito socialmente, que se infiltram nas escolas, estes podendo ser não apenas de raça, mas de religiões, gênero, entre outras. Confirmando os pensamentos de Mandela (1995), ao afirmar que “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar”. Isso vale para o ódio e preconceitos de gênero, em relação às orientações sexuais que contrariam a heteronormatividade, ninguém nasce odiando outra pessoa em função de tais orientações, o ódio e o preconceito é aprendido social e historicamente.

Em vista disso, a oposição contra o racismo e o machismo é um conflito em contradição às formas de intolerância, muitas vezes disfarçadas de brincadeiras, que nos

destroem enquanto sujeitos humanos (Gonzalez, 1984). Para superar estas barreiras na escola é necessária a parceria conjunta entre escola e família, ajuda recíproca e, frequentemente, aperfeiçoamentos reais dos métodos, ocorrendo uma divisão de responsabilidades (Piaget, 2007), para que assim as famílias sejam envolvidas no cotidiano escolar além das questões centrais. Assim, a escola poderá além de educar os filhos, contribuir para a reeducação aos pais, mães ou responsáveis, o que poderá ocorrer por meio de palestras, oficinas, roda de conversa, orientação, dentre outros meios que tornem a educação um processo prazeroso para todas as partes (alunos/as, corpo docente, família), provando que estas estão entrelaçadas, de modo mútuo para o desenvolvimento do/a educando/a.

3.2 O processo ensino-aprendizagem e a abordagem da temática relações de gênero no Ensino Fundamental I

Historicamente as crianças eram vistas apenas como um “mini adulto”, sem direitos e deixados à margem da sociedade, essa realidade só veio mudar com algumas conquistas garantidas em legislações atribuídas a essa faixa etária, as quais asseguraram a oferta da Educação como dever do Estado e direito da criança, a exemplos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e outras, pois com estas leis as crianças deixaram de ser objetos e passam a ser sujeitos de direitos e consideradas cidadãs.

A partir disso, a educação e a escola alcançaram algumas mudanças, reconhecendo que a infância é uma parte fundamental da vida do ser humano, onde a criança busca se expressar e compreender o mundo que a cerca, através de uma multiplicidade de vivências, cada uma com seus meios sociais, históricos, étnicos, familiares, religiosos e de aprendizagens que formam um conjunto das experiências em diferentes contextos, influenciando de diferentes modos a formação e vivência desses indivíduos. É por meio desse tipo de educação que os sujeitos podem problematizar o meio em que vivem

No contexto escolar atual, o processo de ensino-aprendizagem é uma parte fundamental, não apenas por englobar a parte didática do ensino, mas tudo que ocorre e influencia na educação escolar, ou seja, o processo ensino-aprendizagem é um conjunto de práticas, convivências e diálogos, de cunho curricular ou não, que ocorre de modo implícito ou explícito entre professor/a e aluno/a, promovendo a partir disso a troca de informações que precisam ser construídas e reconstruídas regularmente, para a obtenção do conhecimento e a formação integral do aluno (Freire, 1996).

Ao considerar o processo de ensino-aprendizagem e como a instituição aborda as discussões referentes às questões de gênero, o corpo docente deixa explícito que o tópico principal de suas discussões com o corpo discente se apresenta de modo a relacionar as descobertas sexuais e a orientação sexual, não tendo como alvo a orientação para a igualdade de gêneros, estereótipos sexuais ou desconstrução de preconceitos sexistas, como relatado pelo diretor:

Quando discutimos sobre gênero aqui na escola, as discussões vão muito para a questão LGBTQIAPN+ que trouxe uma baita força para essa discussão de gênero, por exemplo, o aluno que, durante o processo, vai se descobrindo como uma pessoa transgênero. O transgênero tem incomodado bem mais no sentido de provocar discussões. E aí a gente se preocupa muito mais, discute muito mais, sobre isso do que sobre a questão simplesmente, que não é simples, de homem e mulher (Diretor, 2024).

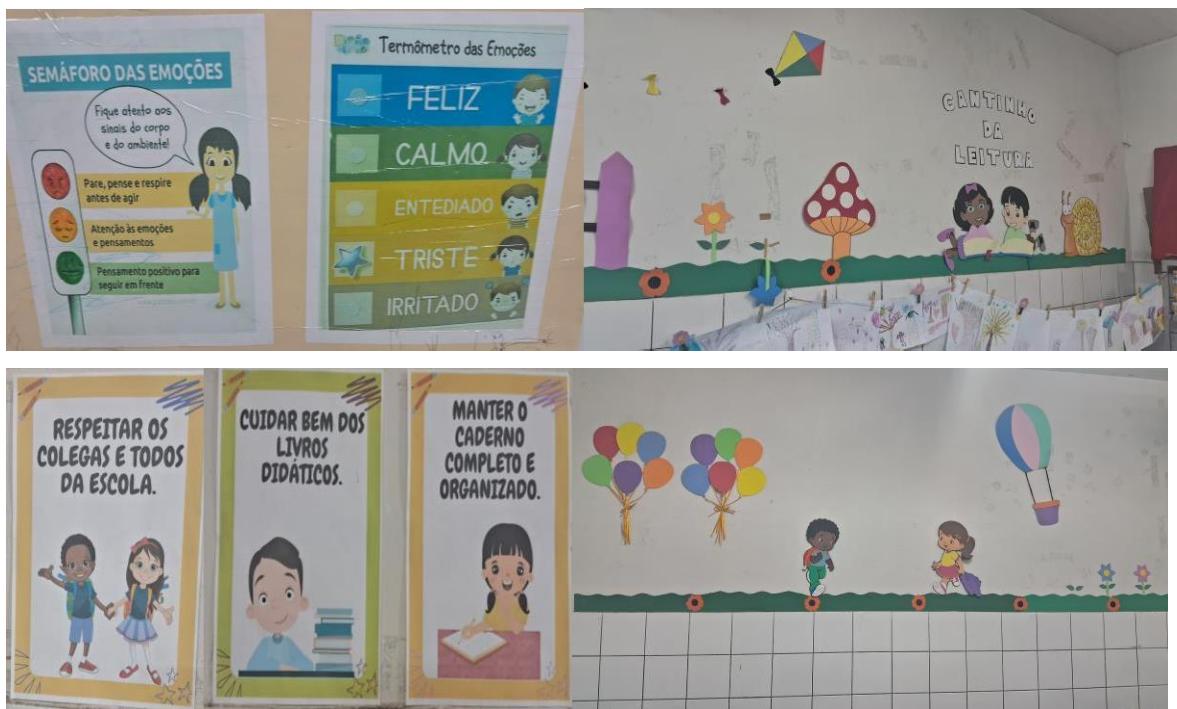
É muito significativo o papel da instituição ao discutir e orientar os/as educandos/as em respeito da identidade sexual, discutindo ideias referentes ao termo transgênero¹, desmistificando valores culturais, podendo usar essas discussões para a temática gênero e sociedade. Mas tendo em vista, que toda a identidade do ser humano é moldada a partir das relações sociais e estas são constituídas por meio de uma cultura formada pelos humanos, que possuem práticas cotidianas capazes de excluir uma humanidade inteira de mulheres, então é preciso problematizar e mudar esta cultura (Adichie, 2015). Assim, o corpo docente já incentiva a construção de uma cultura exclusiva, tornando certos assuntos classificados como mais importantes que outros, cuja justiça social também tem por parte o reconhecimento das identidades e das práticas culturais das pessoas, para perceber que é dado como 'normal' ou 'natural' (Fraser, 2003).

O diretor mostra que o corpo docente precisa aprofundar muito mais sobre as questões de gênero no âmbito escolar, especialmente aquelas que ainda trazem maiores desafios de conhecimento e conscientização da valorização e respeito humano, para assim prevenir ideias intolerantes que estão se deixando perpetuar na educação, por não perceber que tal prática pode ser discriminatória por uma tradição de violência e desvalorização das diversidades, especialmente da mulher em sociedade, em que não percebe as práticas exclusivas ou finge não perceber (Diretor, 2024). Como enfatiza Freire (2019), significa reconhecer que a educação sozinha não transforma o mundo, mas a educação muda as pessoas e assim as pessoas transformam o mundo.

¹O conceito de "transgênero" se refere às pessoas que, em sua identidade ou funcionalidade, não se identificam (em diferentes graus e de diferentes formas) com os papéis do gênero que está em concordância com a designação da comunidade a partir do seu nascimento. (ver Dias, 2021)

Outro tópico abordado discute a observação do processo de ensino-aprendizagem para as relações de gênero, por meio da utilização de recursos e materiais na sala do 1º ano do Ensino Fundamental 1 da instituição pesquisada. A sala de aula do 1º ano do Ensino Fundamental, em sua parte física possui recursos visuais que incentivam e demonstram a representatividade dos gêneros por meio da utilização de figuras com o gênero feminino e masculino cultivando e atribuindo saberes e regras de comportamento social, além de possuir cores diversas, orientação de emoções e decoração do espaço, como demonstrado na Ilustração 1.

ILUSTRAÇÃO 1 - RECURSOS VISUAIS EXPOSTO NA SALA DE AULA



Fonte: pesquisa direta

As imagens presentes em sala trazem referências às características de gênero e raciais, notando-se que atualmente mesmo que de formas implícitas e talvez tímidas, é possível perceber em escolas brasileiras iniciativas e experiências que buscam subverter as situações desiguais, mediante o reconhecimento pessoal e das diferenças de classe, raça, gênero e etnia vivenciadas e que formam parte da identidade dos sujeitos (Louro, 1997), promovendo assim a pluralidade social e cultural.

Para mais, ao se tratar das práticas educacionais, como o planejamento da aula, a metodologia estabelecida e a execução nas falas e atividades propostas, tanto no turno manhã quanto turno tarde, pelas professoras efetiva e complementar, em relação a uma educação para

as relações de gênero, nota-se um ensino prioritariamente conteudista cujo objetivo primário é o exercício da leitura, escrita e resoluções matemáticas onde os assuntos de cunho social são tratados apenas com base no conteúdo de ensino religioso e história:

A gente aborda essa temática, quando vai trabalhar com as questões de conteúdo, trabalho e família. Trabalhando algumas habilidades para a identificação de profissões, então a gente vai ter homens e mulheres ocupando o mesmo espaço, em casa, quando eles estão em casa também a gente vai ter o pai e a mãe, a mãe trabalha e algumas vezes o pai não trabalha, mas o pai está cuidando da casa, está cuidando dos filhos, existe também isso, então a gente vai mostrando que o que antes na história mostrava que era o homem que ia para o trabalho e a mulher ficava em casa, cuidando da família, das atividades domésticas, que isso também vai mudando, a história vai mudando. E aí a história vai mostrar que há uma transformação, uma mudança nessas formas de relação, seja no lar, seja em ambiente de trabalho, e a gente procura trabalhar nisso. (Professora Efetiva, 2024)

Mediante a exposição da professora efetiva, comprehende-se que os tópicos relacionados a gênero são trabalhados de forma contingencial, contemplando apenas a abordagem de alguns temas, mas enfatiza a realização de um trabalho que contribui para mudanças nas relações de gênero, especialmente na família. Isto é feito, segundo a professora supracitada, inserindo a temática gênero no cotidiano, ao relacionar o conteúdo curricular obrigatório de história e ensino religioso às diferentes constituições e formações do papel social da família e suas mudanças ao longo da história; nas profissões e na ocupação igualitária de ambos os sexos em diferentes cargos e níveis profissionais e acadêmicos e; nas emoções e formas distintas de se expressar independentemente do sexo biológico, assim, discutindo por intermédio dos conteúdos escolares, a transformação social e cultural dos papéis destinados aos gêneros. Esta prática, tem por base o livro didático e o livro complementar, como demonstrado na ilustração 2, ocorrendo, pois, a exploração da temática gênero de modo ainda tímido, mas presente nas práticas escolares, podendo ser futuramente desenvolvido de modo abrangente.

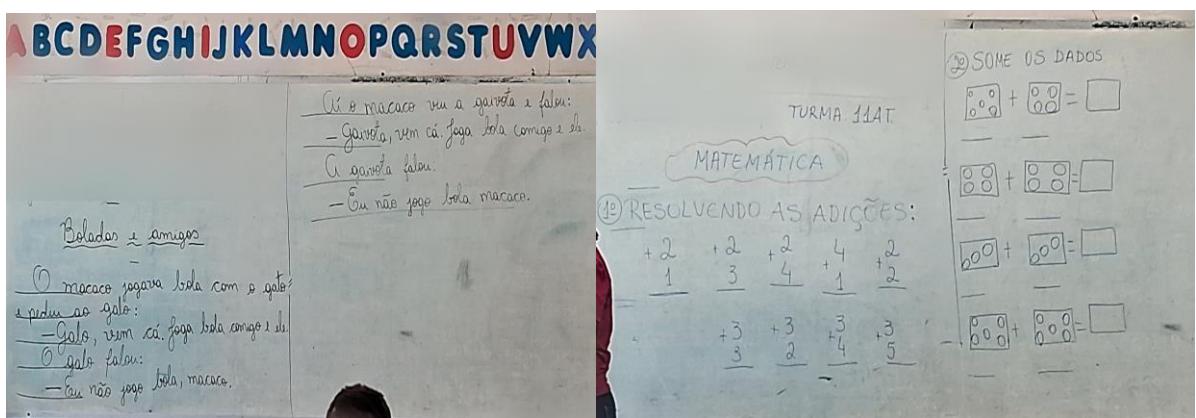
ILUSTRAÇÃO 2- LIVRO COMPLEMENTAR UTILIZADO EM SALA



Fonte: Leo Fraiman, Metodologia OPEE

Em vista disso, essas intervenções gerais curriculares são importantes, embora não criem lugar para propostas diretas e transformadoras, demonstrando essa realidade por meio das imagens 1 e 2, pois, é nas "práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento. Desconfiar do que é tomado como "natural" (Louro, 1997, p. 63), é no cotidiano educacional que práticas sexistas são ensinadas e reproduzidas.

IMAGENS 1 E 2- ATIVIDADES COPIADAS EM SALA



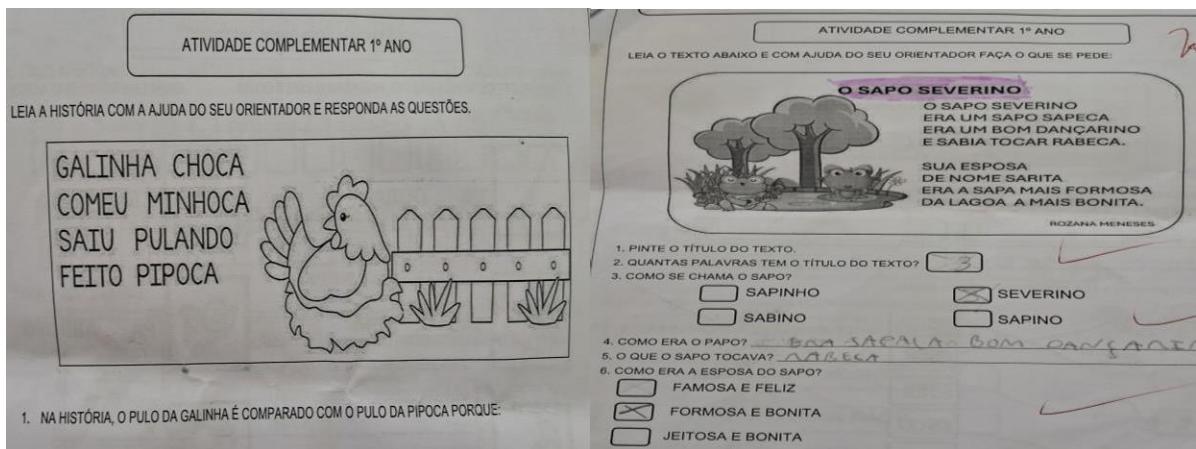
Fonte: Pesquisa direta

Assim, na imagem 1 é exposto o texto "Boladas e Amigos" da autora Ana Maria Machado, copiado pela professora efetiva na aula da disciplina de português. Este livro de

gênero ficção relata a história do macaco que jogava bola com o gato e foi convidando os amigos animais, todos representados pelo gênero masculino para jogar bola com estes. Na discussão do texto a professora optou apenas pela leitura conjunta deste e resolução de atividade escrita voltada para interpretação do mesmo. Sendo que este texto poderia ser abordado além da prática de leitura e escrita, de forma a auxiliar e gerar o interesse da turma na: ingressão da prática igualitária de atividades físicas; acolhimento para o gênero feminino na prática de esportes vistos socialmente como masculinos e os papéis sociais, porém não ocorreu o espaço para o debate de valores e preconceitos sociais.

Nesta mesma ideia, a imagem 2 demonstra um exercício da aula da disciplina de matemática executada pela professora complementar, cuja atividade copiada busca desenvolver exclusivamente o desempenho do conteúdo de adição. Assim, compactuando com os deveres xerocopiados complementares elaborados para a classe e casa (Ilustração 3), que tem por alvo o desenvolvimento da leitura e interpretação de texto, constatado pela ilustração.

ILUSTRAÇÃO 3- ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CASA



Fonte: Pesquisa direta

Por consequência, percebe-se que a metodologia de ensino proposta pelas professoras, caracteriza-se como ponto central uma educação bancária, descrita por Paulo Freire (2011), sendo “um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante”. Contendo pouco envolvimento e exploração dos assuntos transversais, que busca favorecer a transmissão de conhecimentos vistos como “essenciais” e a/o aluna/o se torna apenas o agente passivo no processo de ensino, não tendo aproveitamento e reflexão sobre o processo de aprendizagem, ou seja, os/as educandos/as não são estimulados a romperem os padrões pré-determinados, por meio de interesses diversos e habilidades, mas a reproduzi-los

de forma constante. Por meio disso, a escola não promove de modo totalitário práticas que colaborem com uma educação para a igualdade de gênero e rompam com os estereótipos sociais.

3.3 Desafios, possibilidades e proposições para a inserção de práticas educacionais que contribuem para a educação e a igualdade de gênero

A educação tem um papel fundamental na transformação de realidades, ao ser disseminadora de conceitos e oportunidades através de uma cultura de respeito. Para tal, a integração de uma educação para a igualdade de gêneros nas escolas é uma ferramenta essencial para combater desigualdades, fazendo uso de práticas educacionais que vão além dos simples ensinamentos de conteúdos e favoreçam a transformação da realidade social, empoderando meninas e meninos a serem agentes de mudança.

Para a escola pesquisada os desafios para a implementação de uma educação que trabalhe a disseminação da igualdade de gêneros são constituídos pelo: negligenciamento da abordagem da temática; o pouco conhecimento sobre a temática, a acomodação presente no modelo de educação bancária; a limitada interação parental na construção de valores, dentre outros que criam obstáculos para a inserção. Sobre as dificuldades a professora efetiva declara:

Pois é, o desafio é a gente justamente voltar o nosso olhar para essa questão, vamos percebendo que existem algumas lacunas na nossa formação e na forma da gente trabalhar em sala de aula. É um tema que é pertinente e que a gente muitas vezes deixa de lado, priorizando trabalhar com outras questões, mas que essa também poderia estar sendo uma possibilidade. Então, é um desafio que a gente tem de estar voltando o nosso olhar para isso, para estar mudando nossas práticas, porque se a gente for pensar em como hoje a gente vê tão crescente a questão do feminicídio, quem sabe se a gente não trabalhasse isso desde a educação infantil, para ir trabalhando, construindo questões de valores, voltado para essas relações, mostrar que nenhum dos sexos é inferior, nenhum é superior, então se a gente pudesse estar olhando de forma mais direcionada para essa questão. (Professora Efetiva, 2024).

Além desse, muitos outros desafios se constituem na implantação de uma educação para igualdade, nas situações cotidianas de preconceito que passam despercebidas e a reprodução de estereótipos tidos como normais. Malala Yousafzai (2013) declarou que "uma criança, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo. A educação é a única solução." Assim, ao conscientizar as crianças desde a infância, intervindo e problematizando preconceitos, incentivando valores, ao se tornarem adultos entenderão o significado de respeito, empatia, igualdade de direitos e juntos terão a possibilidade de mudar a cultura de violência.

Ao tratar sobre práticas e atividades educacionais que reforçam a igualdade de gênero

na escola, a professora efetiva aborda essa temática, por meio do incentivo à igualdade de oportunidades, promovendo a formação educacional e a orientação à escolha profissional individual, para que os/as educandos/as possam ter o direito de ocuparem o “espaço” que intencionam, garantindo assim, que todas as crianças, especialmente as meninas, tenham as mesmas oportunidades sociais (Yousafzai, 2013). Trata-se de uma prática, através da qual a professora proporciona a quebra de padrões sociais pautados pela inferioridade feminina, são ideias preconceituosas passadas socialmente desde a idade média que atualmente ainda se sobrepõem no âmbito social e familiar, como por exemplo ao afirmar que o homem precisa ser o provedor do lar e a mulher a encarregada apenas de engravidar. Portanto, é necessário, por meio desta prática incentivadora, promover o encorajamento da carreira profissional e acadêmica no ambiente escolar, garantindo a participação social das meninas de forma distinta, que vão além dos padrões sociais.

No entanto, de forma prática e cotidiana, não ocorre atividades e/ou práticas educacionais estruturadas para o desenvolvimento das relações de gênero e para que a igualdade acadêmica ocorra, se fazendo necessário a abordagem de atividades educacionais de modo contínuo que podem ser desenvolvidas tanto para o corpo escolar, quanto para o planejamento em sala, podendo ser utilizadas no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de promover a igualdade de gênero.

Portanto, buscando apresentar possibilidades de atividades educacionais cotidianas para a escola, entre as muitas práticas que podem ser atribuídas para uma educação para as relações de gênero, se destaca alguns exemplos de abordagens que podem ser implementadas em diversos níveis educacionais, como o exercício da leitura voltada para a igualdade de gênero, a musicalização para a preservação da violência de gênero, oficinas e feiras contra os estereótipos de gênero, livros sensoriais, dentre outros.

Logo, é possível promover a leitura de livros cuja temática é a desmistificação de estereótipos sociais, baseados no que é “certo ou errado”. Assim, os livros “Deixa eu te contar Menina/Menino” (Figura 1), da autora Thaís Vilarinho (2019) buscam de modo simples, colorido e direto transmitir valores relacionados a igualdade, acolhimento de emoções, auto imagem e escolhas pessoais, ao incluir diferentes concepções do que é ser mulher e o que é ser homem, cuja faixa etária é destinada ao ensino fundamental 1.

FIGURA 1 - LIVROS INFANTIS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO



Fonte: Editora ciranda cultural

Outra ação que contribuiria para uma educação para as relações de gênero, é o uso da música para a prevenção da violência de gênero. A música é um recurso que ativa muitas áreas do cérebro, sendo possível utilizar a música para a produção de saberes e trabalhar os assuntos transversais, exemplo dessas ocorre na música “Nisso e Naquilo” da criadora de conteúdo Boneca Juju, na qual é abordado um recurso musical e visual para a prevenção ao abuso infantil, contribuindo para uma educação para as relações de gênero, orientando as crianças:

Várias partes o meu corpo tem, cabeça, boca, pé e pernas também, algumas partes ficam bem escondidinhas e uma delas fica embaixo da minha barriguinha. Nelas ninguém pode tocar não, se não tiver a minha permissão, se desobedecer e nelas tocar eu vou correndo pra mamãe contar. Se não resolver eu tenho que pensar quem é a pessoa que pode me ajudar, tia, vovó, professor, um irmão um deles terão solução. Nisso e naquilo ninguém pode mexer, nisso e naquilo eu tenho que proteger, nisso e naquilo ninguém pode tocar não, porque eu sou corajoso e não aceito não. (JUJU, 2019)

Outra música voltada para a temática de educação para as relações de gênero e educação sexual, que pode ser trabalhada em sala de aula é “Carinho não pode ser segredo” da autora Elisa Gatti:

Toda criança tem que aprender. Que o seu corpinho é muito precioso. Mas com algumas partes a gente tem que ser ainda mais atento e mais cuidadoso. Carinho não pode ser segredo. Carinho não pode te dar medo. Seu corpo tem que ser respeitado. E se alguém te tocar sem você deixar. Isso tá errado (GATTI, 2024)

Tanto a música da Boneca Juju (2019), quanto a da Gatti (2024), são atividades lúdicas de expor e discutir sobre educação sexual no âmbito educacional, refletindo sobre os cuidados com o corpo, toques proibidos, abusos disfarçados de “carinhos” indesejados, a importância de contar sobre as violências sofridas para um adulto de confiança e a gravidez na infância/adolescência.

Louro (1997, p. 80), afirma que diante de situações que envolvam o ensino da sexualidade “é possível que dirigentes ou professores/as façam afirmações do tipo “nós

acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos". De algum modo, parece que se deixarem de tratar desses "problemas" a sexualidade ficará fora da escola". Mas a sexualidade é parte dos sujeitos e a escola como instituição formadora e social, tem a responsabilidade de orientar os/as educandos/as, para prevenção do abuso sexual infantil ao garantir que o conhecimento seja repassado. Isso contribui para que os/as educandos/as avaliem situações de risco sofridas ou presenciadas no âmbito social ou familiar e saibam identificar práticas de abuso e contá-las, denunciando os/as agressores/as e contribuindo para a saúde pública.

Além disso, contribuindo com as músicas para a educação sexual, é possível utilizar recursos visuais próprios para a faixa etária infantil como o "semáforo do toque" (Figura 2), que tem como objetivo a prevenção do abuso sexual infantil, ensinando os menores sobre os limites de toque do próprio corpo e do corpo dos outros.

FIGURA 2- SEMÁFORO DO TOQUE



Fonte:Atividadesdapro.com.br

Além das atividades supracitadas, é possível promover atividades contra os estereótipos de gênero que incluem toda a escola e comunidade, como as oficinas e feiras educacionais. Oficinas como a contação e releitura dos contos infantis clássicos, tendo como objetivo incentivar uma nova visão progressista e criativa dos livros infantis, por meio da elaboração individual de novas versões da mesma história, com o público voltado para o 1º ano do Ensino Fundamental.

Outra ideia de oficina, se constitui no desfile das profissões, que busca incentivar a igualdade entre gêneros, desmistificando os papéis sociais através da dramatização,

demonstrando assim diferentes opções de trabalho e carreiras para as crianças, incentivando as descobertas e a criatividade, com o público voltado para o 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental. Por conseguinte, as feiras educacionais disseminam cultura e aprendizado, colaborando com a criatividade e a inserção de pais, mães e responsáveis nas práticas escolares. Isto posto, o corpo docente pode utilizar disciplinas de exatas como química, matemática, física e ciências para a promoção de feiras, com conteúdos referentes à exploração espacial, sustentabilidade, indústria, robótica, energia, biologia, a utilização da matemática no cotidiano, matemática e arte, jogos matemáticos, experiências científicas, entre outros, que garantem um ensino prático, criativo e incentivando a inserção de meninas nas exatas.

Ademais, procurando conscientizar desde a educação infantil, os livros sensoriais são objetos lúdicos que pretendem desenvolver a criatividade, psicomotricidade, imaginação, raciocínio lógico, entre outras habilidades, que a criança aprende brincando sobre diversos assuntos, como o desenvolvimento de emoções, cores e atividades cotidianas. O exemplo de livro sensorial apresentado para as relações de gênero (Figura 3), é da autora Nayara Ribeiro Matos (2023) que possui brincadeiras diferentes, podendo descolar as imagens e realoca-las, dispondo de guarda-roupa e cabelos para a montagem de bonecos interraciais; varal para a recolha de roupas; diferentes tipos de brinquedos e roupas de diferentes profissões para caracterizar os bonecos interraciais, contribuindo para que não ocorra diferenciação de práticas.

FIGURA 3- LIVRO SENSORIAL



Fonte: Nayara Ribeiro Matos (2023)

Concluindo, é possível a utilização de atividades pedagógicas buscando promover uma educação para as relações de gênero no processo de ensino-aprendizagem, basta a equipe escolar voltar seu interesse para esse tema. Sendo que, conforme Mandela (2003), a "educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo." Uma educação progressista é fundamental para a promoção de uma reflexão crítica sobre as desigualdades que persistem na sociedade, que desencadeiam o feminicídio, a crença da superioridade de raças, preconceitos religiosos e como essas difundem culturalmente, preparando as novas gerações para respeitar as diferenças, reconhecer os direitos e atuar ativamente.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

A luta pela igualdade de gêneros é atravessada por muitos avanços e retrocessos, possíveis de perceber na educação, onde escolas e academias detiveram de exclusões, ascensões, rupturas e prolongações de práticas e conceitos. Sendo que atualmente mesmo com os avanços teóricos e sociais, grupos distintos como afrodescendentes, quilombos, mulheres, deficientes, diferentes constituições familiares, pessoas em vulnerabilidade familiar e social, entre outras minorias, sofrem cotidianamente preconceitos e violências de diversos aspectos, perceptíveis estas, por meio da exclusão de modo constante desses grupos do meio social e acadêmico.

Trata-se de um modelo de viver e existir no mundo, fundado na crença de que um grupo é superior ao outro, ocorrendo a dominação, a marginalização e consequentemente as violências, exemplo disto consta na própria história da Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, ao homem se sentir o dono e no direito de retirar a vida de sua esposa e abusar de suas filhas e conseguir apoio legal, onde esta lei retrata a trajetória de tantas mulheres e crianças de diferentes tempos e nacionalidades, que estiveram ou estão na condição de vítimas de abuso, de casamentos arranjados, vendidas ou transformadas em escravas por sua própria família.

Diante dessa realidade social e educacional, marcada por uma ordem heteronormativa, por padrões e valores que produzem e reproduzem a desigualdade de gênero, que atinge os direitos humanos promovendo injustiça social, é fundamental repensar as relações de gênero, repensar a educação, inserir a temática na educação escolar, especialmente na educação das crianças. É necessária uma educação sob uma perspectiva que, como propõe Daniela Finco (2003), se afaste de um olhar "adultocêntrico", olhar este, em que predomina os preconceitos de gênero, como a discriminação dos modos de ser e existir no mundo com base no sexo biológico. Trata-se de perceber a importância de inserção do tema educação e relações de gênero no cotidiano escolar e social, iniciando pela educação das crianças, o que significa reconhecer, pois, a criança como um sujeito social capaz de produzir sua própria cultura e trajetória e com isso contribuir para efetivar mudanças na sociedade.

É necessária a reflexão de qual é o papel da escola frente a esse meio cultural fundado por violências, que "normaliza" situações de opressão, vivenciadas tanto nos lares através de acontecimentos, falas e práticas e transportadas para a sala de aula, quanto na escola reforçando atitudes e conceitos padronizados. Diante disso, é essencial que a escola seja um espaço que promova a liberdade, a criatividade e a descoberta, rompendo com padrões limitadores e incentivando o pleno desenvolvimento dos estudantes. Uma educação progressista não é apenas

necessária, mas também um ato de liberdade, especialmente considerando o preocupante problema atual da evasão escolar.

Por meio das análises é possível refletir sobre o papel escolar que a instituição escolhida apresenta, evidenciando mediante a cultura escolar uma abordagem reativa, caracterizada pelo tratamento dos problemas à medida que surgem, o que resulta em ações urgentes. Dessa forma, mantém uma conduta marcada pelo modelo tradicional de educação, priorizando assuntos curriculares e postergando a abordagem de temas transversais. No entanto, identifica-se que a gestão tem potencial para revisar suas práticas e promover uma educação voltada para a igualdade de gênero, especialmente com o diretor reconhecendo que mudanças são necessárias.

Investigando a relação entre família e escola para as relações de gênero na instituição escolhida, foi explorado que esta apresenta pouca ou nenhuma atuação das mães, pais ou responsáveis na formação de valores educacionais e sociais em concordância com a instituição, sendo uma parceria permeada por barreiras, uma realidade que dificultam a colaboração conjunta. Sendo que, a instituição reconhece a importância do diálogo com as famílias, algo frequentemente negligenciado por ambas as partes e enfatiza a necessidade de corresponsabilidade entre escola, família e sociedade na educação, mas carece de estratégias eficazes para prevenir ou resolver essa situação.

No que se refere a abordagem das questões de gênero no processo de ensino-aprendizagem, a escola ainda precisa ampliar essas discussões, pois ocorre apenas a inserção do tema gênero de modo implícito, como na utilização de recursos visuais na sala de aula do 1º ano do Ensino Fundamental e nas abordagens de conteúdos de ensino religioso e história.

Assim, nas práticas educacionais observadas no 1º ano do Ensino Fundamental da escola, incluindo planejamento, metodologia e atividades, não ocorre um trabalho sistemático e planejado para as discussões referentes às relações de gênero, que são citadas de modo acanhado dentro de outros temas curriculares. Desse modo, a instituição prioriza um ensino conteudista, sem o aprofundamento ou exploração significativa dos temas transversais, refletindo uma educação bancária que privilegia o currículo formativo e delega os assuntos sociais, sem estímulo à reflexão ou ao desenvolvimento de habilidades diversas. Como resultado, a escola promove de modo tímido práticas que rompam estereótipos sociais, mas não fortalece de forma efetiva e transformadora uma educação voltada à igualdade de gênero.

Conclui-se que muitos são os desafios para a implementação de uma educação para as relações de gênero, alguns destes fatores apresentados na pesquisa são o pouco conhecimento sobre a temática e sua importância; o pouco interesse pela sua prática em sala; o preconceito

presente e reproduzido de modo natural no cotidiano; a reprodução de estereótipos, dentre outros que contribuem para uma educação excludente. Todavia, os benefícios que uma educação para as relações de gênero promove na vida social das crianças são de extrema importância. Ao conscientizar sobre o respeito, à inclusão e diversidade, é possível construir cidadãos fortes, equipados para vencer os preconceitos e promover a igualdade de direitos, reagindo contra a cultura de violência.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jânio Jorge Vieira de. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Teresina: FUESPI, 2015. V. 1. p. 198
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. 3 ed. São Paulo: Moderna.
- BANDURA, Albert.; GURGEL, Roberta.; POLYDORO, Soely. **Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre:Artmed,2008.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo vol. I**. Fatos e Mitos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. Tradução de Sérgio Milliet. [1949]
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo, vol. II**. A experiência vivida. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- BHERING, Eliana; DE NEZ, Tatiane Bombardelli. Envolvimento de pais em creche: possibilidades e dificuldades de parceria. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 18, nº. 1, jan./abr., p. 63-73, 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n1/a08v18n1.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2024
- BOGUS. Cláudia Maria. Cuidados oferecidos pelas creches: percepções de mães e educadoras. **Revista de Nutrição**. Campinas, vol. 20, nº. 5, set./out. 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732007000500006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2024
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Primeira Edição. Brasília. MEC/CONSED/UNDIME, 2015, p. 33. Disponível em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. Acesso em: 01 de out de 2024.
- _____. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- _____. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Decreto No 99.710, de 21 de novembro de 1990. Brasília, DF.
- _____. **Decreto nº 11.785**, de 20 de novembro de 2023. Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 21 nov. 2023.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 Jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.
- _____. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

_____. **Lei Maria da Penha:** LEI N° 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 30 de novembro de 2024.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003.

_____. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 21 jul. 2010.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466** de 12 de dezembro de 2012.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510** de 07 de abril de 2016.

_____. MEC/SEF. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília, 2010.

_____. MEC/SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **A ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL DE LEV VIGOTSKI.** Psicologia da educação [Livro eletrônico]: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão /organizadoras Maria Vilani Casme de Carvalho, Nelma Socorro Lopes de Matos- 3. ed -Fortaleza. CE: Editora da UECE ,2021.

CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, Escola e Docência: Novos Tempos, Novas Atitudes.** São Paulo: Cortez, 2015.

DIAS, Cristiana Kaipper. A CONSISTÊNCIA DO CONCEITO DE TRANSGENERIDADE NAS “ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS”. **XVII Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura.** Bahia. 2021. Disponível em: <https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132347.pdf>

DIRETOR. Roteiro de Entrevistas- Diretor/a da escola. [Entrevista concedida a] Nayara Ribeiro Matos. **As relações de gênero e o processo de ensino-aprendizagem no Ensino**

Fundamental I de uma escola da rede pública do município de Teresina-PI. Apêndice B. Teresina- PI, 2024.

EFETIVA, Professora. Roteiro de Entrevistas- Professor/a.[Entrevista concedida a] Nayara Ribeiro Matos. **As relações de gênero e o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental I de uma escola da rede pública do município de Teresina-PI.** Apêndice A. Teresina- PI, 2024.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições Revista.** Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, v. 14, n. 3, 2003, p. 89-101. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643863/11340>

FOLLMUTH, Alexene Farol. **A mecânica do Amor.** 1 ed. Alt, 2023.

FONSECA, J. (2002). **Metodologia da pesquisa científica** [Apostila]. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará. Acesso em 01 de Outubro de 2024 em [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila - METODOLOGIA DA PESQUISA\(1\).pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila - METODOLOGIA DA PESQUISA(1).pdf).

FRASER, Nancy. **A Justiça Social na Era Global.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

_____. **Educação como prática de liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GAMA. Ywanoska Maria Santos Da. **Gênero no Currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental:** concepções e vivências de professoras (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4658/1/arquivo5729_1.pdf

GATTI, Elisa. **Carinho não pode ser segredo.** You Tube, 02 de maio de 2024. Disponível em: <https://youtu.be/dAvrRWynfB8?si=5sBGr4T9J93cmm1W>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed, São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. **A análise de dados em pesquisa qualitativa.** In: MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994..

GONZALEZ, Lélia. **A Dialética da Colonização.** São Paulo: Editora 34, 1984.

JUJU, Boneca. **Boneca Juju- Nisso e Naquilo.** YouTube, 25 de out de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/oZfacExBa3Y?feature=shared>

LINS, B.A; MACHADO, B. F; ESCOURA, M. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola.** São Paulo: Reviravolta,2016.

LÍTICO, Marco. **Antología del machismo ilustrado.** Espanha: Grupo Editorial Universitario, 2002.

- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- MACHADO, Ana M. **Boladas e Amigos.** 1.ed. Brasil: Salamandra, 2012.
- MACHADO, Juliana Aquino. **A escola como espaço de formação continuada de professores:** um estudo no contexto da Rede Municipal de Ensino de CANOAS-RS. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade La Salle, 2013
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MANDELA, Nelson. **Long Walk to Freedom.** Little Brown & Co. 1995.
- _____. Lighting your way to a better future. Planetarium. University of The Witwatersrand, Johannesburg, South África. 2003.
- MARCONI. M. A., & Lakatos, E. M. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1999.
- MARQUES, L.R. **A teoria do discurso e o estudo da democracia na gestão da escola pública.** In: FARIA, M. da Salete Barboza de; WEBER, Sike (Org.). Pesquisas qualitativas nas ciências sociais e na educação: Propostas de análise do discurso. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- PETERSON, Jordan. **12 regras para a vida: um antídoto para o caos.** Tradução de Felipe L. do Nascimento. São Paulo: Objetiva, 2018.
- PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.
- SCOTT, Joan W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.
- SILVA, Elder Luan dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. **História, histórias,** vol. 8, nº 16, jul./dez.2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8i16.31928>
- SILVA, P. B. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, v. 30, n. 63,p. 489-506, 2007. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84806306>> Acesso em: 03/11/ 2024
- SILVA, T.M.T. da. **Mamãe a professora quer falar com você. Eu não fiz nada.** In. Evangelista, F.; Gomes, P. de T. (orgs). Educação para o pensar. Campinas: Alínea, 2003.
- VILARINHO, Thaís. **Deixa eu te contar menina/ menino.** Ciranda cultura, 2019.
- YOUAFZAI, Malala. "Malala's Speech at the United Nations." United Nations, 12 jul. 2013.

APÊNDICES - ROTEIROS DE ENTREVISTAS, ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO E QUESTIONÁRIOS.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – PROFESSOR/A

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – DIRETOR/A

APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTAS – COORDENADOR/A

APÊNDICE D - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO PARA CONSTRUÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DOS DOCENTES, DIRETOR/A E COORDENADOR/A

APÊNDICES – INSTRUMENTOS DE RECOLHA DOS DADOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI / CLÓVIS MOURA COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – PROFESSOR/A

1. Para o/a Sr/a. qual o significado dos termos gênero e relações de gênero?
2. Analisando as relações entre os gêneros na escola, para o/a Sr/a. qual é o papel da escola na criação de uma cultura de igualdade de gênero?
3. Na Escola, ocorrem ou já ocorreram formações para a conscientização da educação para as relações de gênero destinadas ao corpo docente?
4. Quais seus entendimentos sobre práticas educacionais que reforçam a igualdade de gênero?
5. O/A Sr/a. vislumbra trabalhar uma prática de ensino que conte com a educação ou a reorientação para as relações de gênero? E de que modo poderia desenvolver essas questões de gênero em sua prática cotidiana?
6. De acordo com sua perspectiva, como seria possível trabalhar a igualdade de gênero no desenvolvimento das disciplinas escolares (matemática, ciências, português..)?
7. Na sua concepção e com base nas suas práticas, quais são os desafios e as possibilidades para a construção da conscientização para a igualdade de gênero no processo de ensino-aprendizagem?
8. Para o/a Sr/a qual é o papel dos/as professores/as, das mães, pais ou responsáveis na formação de valores em relação a orientação para a igualdade de gênero? E como a escola pode colaborar com esse processo?
9. A/O Sr/a. tem conhecimento de alguma abordagem/orientação nas diretrizes curriculares, no PPP da escola ou na legislação (LDB, Constituição, PNE, BNCC..) que defende uma educação para a igualdade de gênero?
10. Na sua concepção, o currículo do Ensino Fundamental 1 incentiva a elaboração de atividades e discussões a respeito das relações de gênero no cotidiano escolar?
11. Na sua concepção, é importante trabalhar uma educação para as relações de gênero? E de que forma essa educação pode contribuir para o processo educativo?



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI / CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – DIRETOR/A DA ESCOLA

1. Para o/a Sr/a, qual o significado dos termos gênero e relações de gênero?
2. Na Escola, ocorrem ou já ocorreram formações para a conscientização da educação para as relações de gênero destinadas ao corpo docente?
3. Na sua gestão, a escola tem trabalhado a conscientização para a igualdade de gênero? Justifique sua resposta
4. Para o/a Sr/a. qual é o papel da Direção e da escola na criação de uma cultura de igualdade de gênero?
5. Quais são seus entendimentos sobre práticas educacionais que reforçam a igualdade de gênero?
6. O/A Sr/a. vislumbra trabalhar uma prática educacional que contemple a educação ou reorientação para as relações de gênero? E de que modo poderia desenvolver essas questões de gênero na sua gestão?
7. De acordo com sua perspectiva, como seria possível trabalhar a igualdade de gênero no desenvolvimento das disciplinas escolares?
8. Para o/a Sr/a qual é o papel da Direção, das mães, pais ou responsáveis na formação de valores em relação a orientação para a igualdade de gênero? E como a escola colabora ou pode colaborar com esse processo?
9. O/A Sr/a tem conhecimento de abordagens/orientações nas diretrizes curriculares, no PPP da escola ou na legislação (LDB, PNE, BNCC..) para o trabalho na escola sobre a igualdade de gênero ? Quais?
10. Na sua concepção, o currículo do Ensino Fundamental 1 propõe a elaboração de atividades e discussões a respeito das relações de gênero no cotidiano escolar?
11. Na sua concepção é importante trabalhar uma educação para as relações de gênero? E de que formas essa educação para as relações de gênero pode contribuir para o processo educacional?



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI / CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**



APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – COORDENADOR/A DA ESCOLA

1. Para o/a Sr/a, qual o significado dos termos gênero e relações de gênero?
2. Na Escola, ocorrem ou já ocorreram formações para a conscientização da educação para as relações de gênero destinadas ao corpo docente?
3. Analisando as relações entre os gêneros na escola, para o/a Sr/a, qual é o papel da escola na criação de uma cultura de igualdade de gênero?
4. Como o/a Sr/a analisa, na função de Coordenador/a, o trabalho na escola em função da conscientização para a igualdade de gêneros?
5. Quais seus entendimentos sobre práticas educacionais que reforçam a igualdade de gênero?
6. O/A Sr/a. vislumbra trabalhar uma prática escolar que contemple a educação ou reorientação para as relações de gênero? E de que modo poderia desenvolver essas questões de gênero em suas práticas?
7. De acordo com sua perspectiva, como seria possível trabalhar a igualdade de gênero no desenvolvimento das disciplinas escolares?
8. Para o/a Sr/a qual é o papel da Coordenador/a, da Direção, das professoras/as, das mães, pais ou responsáveis na formação de valores em relação a orientação para a igualdade de gênero? E como você pode colaborar com esse processo?
9. O/A Sr/a. tem conhecimento de alguma abordagem/orientação nas diretrizes curriculares, no PPP da escola ou na legislação (LDB, PNE, BNCC..) que defende uma educação para a igualdade de gênero?
10. Na sua concepção, o currículo do Ensino Fundamental 1 incentiva a elaboração de atividades e discussões a respeito das relações de gênero no cotidiano escolar? Justifique sua resposta.
11. Na sua concepção é importante trabalhar uma educação para as relações de gênero? E de que formas essa educação para as relações de gênero pode contribuir para o processo educacional?



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI / CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
PROFESSOR ORIENTADOR: JÂNIO JORGE VIEIRA DE ABREU
ALUNA PESQUISADORA: NAYARA RIBEIRO MATOS



APÊNDICE D - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE EM SALA DE AULA: ASPECTOS A SEREM CONTEMPLADOS:

- Observa como a sala de aula está organizada. Há alguma separação de brinquedos ou materiais escolares por gênero?
- A elaboração de planejamento leva em consideração as relações de gênero presente em sala de aula?
- Há algum tipo de estereótipo de gênero presente nas falas, nas orientações das atividades propostas, nos conteúdos dos livros trabalhados ou nas discussões em sala de aula.
- Como os professores lidam com conflitos envolvendo questões de gênero, como o uso de banheiros ou troca de roupas. Como eles orientam as crianças a lidar com essas situações?
- Há alguma preocupação dos professores em promover a igualdade de gênero na educação infantil, por meio de atividades específicas ou de abordagens em sala de aula?
- Há alguma diferenciação nos tipos de atividades propostas para meninos e meninas. Os professores estimulam as crianças a explorar diferentes tipos de brinquedos ou atividades?
- Há algum tipo de discriminação de gênero entre as crianças, como apelidos ou comportamentos agressivos. Como os professores atuam nesses casos?
- A escola adota materiais didáticos e brinquedos que promovem a igualdade de gênero, estimulando as crianças a romper com estereótipos.
- As crianças são encorajadas a desenvolver habilidades e interesses diversos, independente de estereótipos de gênero. Como isso é trabalhado pelos professores?
- É possível perceber alguma iniciativa da escola para incluir a temática de gênero em suas atividades, em projetos ou na formação dos professores sobre a temática. Como isso é abordado em sala de aula?
- É possível identificar concepções de gênero, concepções de relações de gênero, comportamentos e mensagens, em escritos, em artes ou outro tipo de comunicação que contemplem as questões de gênero na parte física da sala de aula, em quadros de aviso, nas áreas livres, em áreas fechadas e em fachadas da escola?



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI / CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**



**APÊNDICE E -QUESTIONÁRIO PARA CONSTRUÇÃO DO PERFIL
PROFISSIONAL DOS DOCENTES, DIRETOR/A E COORDENADOR/A (NÃO
HAVERÁ IDENTIFICAÇÃO DO/A PARTICIPANTE)**

Número do questionário e categoria participante: _____

Sexo: () masculino; () feminino; () não informar

Turno/s no/s quais / qual trabalha: _____

Cargo / Função na escola: _____

Nível de ensino com o qual trabalha (sala de aula, gestão ou Coordenação): _____

Ensino presencial / remoto / híbrido: _____

Faixa etária dos/das alunos/as com os/as quais trabalha(sala de aula, gestão ou Coordenação):

Tempo de serviço na educação: _____ Tempo de serviço na instituição: _____

Formação Inicial:

Titulação máxima: _____

Tem Formação continuada?(Como esta é oferecida?) :

Idade: () 20 a 30 anos; () 31 a 40 anos; () 41 a 60 anos; () acima de 60 anos

Obrigada, pela sua participação!

ANEXOS: TCLEs, DECLARAÇÃO DO/A PESQUISADOR, DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO

ANEXO A - DECLARAÇÃO DO/A PESQUISADORA RESPONSÁVEL

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) PROFESSORES/AS

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) DIRETOR/A

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) COORDENADOR/A

ANEXO E - CARTA DE APRESENTAÇÃO E CONVITE À PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

ANEXO F - DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO E INFRAESTRUTURA

ANEXOS – DECLARAÇÕES E TCLEs E DOCUMENTOS DE AUTORIZAÇÕES



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI / CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**



DECLARAÇÃO DO/A PESQUISADOR/A RESPONSÁVEL

Ao Comitê de Ética e Pesquisa - CEP / UNINOVAFAPI

Centro Universitário UNINOVAFAPI

Eu, **Jânio Jorge Vieira de Abreu**, Professor Assistente do quadro efetivo/a da UESPI, matrícula nº 157143-5 e a aluna **Nayara Ribeiro Matos**, matrícula UESPI nº 1075826 do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI, pesquisador e aluna pesquisadora, responsáveis pela pesquisa intitulada **“As relações de gênero e o processo de ensino-aprendizagem no Ensino fundamental 1 da rede pública do município de Teresina-PI”**, declaro(amos) que: assumo(imos) o compromisso de cumprir os Termos da Resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 340/2004 e 510/16); assumo(imos) o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa; os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizadas apenas para atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos participantes; os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados pelo período de 5 anos sob a responsabilidade do/a professor/a orientador/a Jânio Jorge Vieira de Abreu e aluna **Nayara Ribeiro Matos**, que também será responsável pelo descarte dos materiais e dados, caso os mesmos não sejam estocados ao final da pesquisa; os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de publicações em periódicos científicos e/ou em encontros científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos participantes da pesquisa; o CEP-UNINOFAPI será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa; o CEP - UNINOVAFAPI será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos resultantes desta pesquisa com o participante; declaro (amos) que esta pesquisa ainda não foi iniciada em sendo autorizada, será realizada e apresentaremos relatório final desta pesquisa ao CEP-UNINOVAFALPI.

Teresina (PI), 07 de julho de 2024.

Jânio Jorge Vieira de Abreu

Jânio Jorge Vieira de Abreu /a (UESPI nº 157143-5) – Pesquisador responsável

Nayara Ribeiro Matos

Nayara Ribeiro Matos – (UESPI, 1075826) – Aluna Pesquisadora



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI / CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE /
PROFESSORAS/ES

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “As relações de gênero e o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental 1 da rede pública de ensino do município de Teresina-PI”, tendo como pesquisadora a graduanda Nayara Ribeiro Matos e Pesquisador Responsável, orientador Profº Dr. Jânio Jorge Vieira de Abreu. O objetivo geral do trabalho é analisar como a escola pública de ensino fundamental I, através dos processos de ensino e aprendizagem, aborda e constrói os assuntos relacionados às relações de gênero em seu cotidiano, para apreender seu impacto no ambiente escolar. Terá como instrumento de recolha de dados um questionário, a fim de construir o perfil profissional dos participantes da pesquisa, a observação da prática docente e entrevista guiada realizada com os/as professores/as, o/a coordenador/a e Diretor/a da instituição, no município de Teresina-Piauí. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Essa investigação trará benefícios aos participantes da pesquisa, colaborando para a prática no Ensino Fundamental que possibilite uma educação para as relações de gênero, orientando os/as professores/as e a comunidade escolar para as possibilidades de discutir a temática proposta em conjunto com as disciplinas e projetos cotidianos. Destacamos que esta pesquisa pode trazer riscos como constrangimentos, intimidações e exposição indevida dos participantes. No entanto, para evitar os riscos ou qualquer mal-estar aos participantes do estudo, evitaremos qualquer procedimento que venha submetê-los a estas situações, preservando sua integridade. Serão adotadas medidas para evitar e minimizar possíveis desconfortos, iniciando por garantir que as ações ocorram em espaços reservados e com a garantia de total sigilo, privacidade. Caso venha a ocorrer algum constrangimento, mal-estar, ou algum tipo de dano à pessoa participante, serão tomadas as providências no sentido de saná-las. A/o participante terá o tempo necessário para decidir, autonomamente, sua participação ou não na pesquisa, terá o direito à liberdade para recusar sua participação, para retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Terá, ainda, o direito de receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita, requerer indenização por danos, receber resarcimento de gastos (incluindo os de acompanhantes). Às/aos participantes serão garantidos o acesso aos resultados da pesquisa, assim como, a confiabilidade dos seus dados e de sua privacidade na pesquisa. Todas/os as/os participantes receberão

orientações e esclarecimentos de suas dúvidas e poderão recorrer aos contatos, descritos abaixo, para obter qualquer informação sobre a pesquisa e, ainda, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, localizado no Centro Universitário UNINOVAFAPI, endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123 – Uruguai, CEP: 64073-505 - Teresina – Piauí, pelo telefone - (086) 2106-0738, e-mail: cep@uninovafapi.edu.br. O CEP/UNINOVAFAPI tem por finalidade identificar, definir, orientar e analisar as questões éticas implicadas nas pesquisas científicas que envolvam seres humanos, individual e/ou coletivamente, direta ou indiretamente, observando a defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa no desenvolvimento dentro de padrões éticos. Este documento é assinado em duas (02) vias ao serem rubricadas em todas as páginas e assinada, ao seu término, pelo participante ou representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, sendo que o participante receberá uma via.

Teresina – PI, _____ de _____ de 2024.

Jânio Jorge Vieira de Abreu

Assinatura do Pesquisador Responsável – Orientador

Nayara Ribeiro Matos

Assinatura da aluna Pesquisadora – autora

Assinatura do/a participante – colaborador/a

Contato:

Aluna pesquisadora: Nayara Ribeiro Matos

Email: nayaramatos@aluno.uespi.br

Endereço: Av. Duque de Caxias, nº 6432, Bairro: Buenos Aires

Cidade: Teresina-PI, CEP: 64009170 Telefone: (86) 9 88058374

Pesquisador Responsável: Jânio Jorge Vieira de Abreu

Telefone (86) 9 8858 1110 Email: janiojorge@ccm.uespi.br

Endereço: Quadra I – 01, Casa 16, Conjunto Porto Alegre, Bairro: Esplanada, CEP: 64039540, Teresina – PI



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI / CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

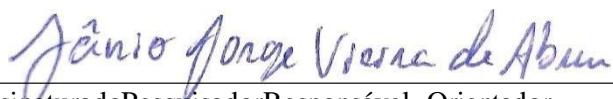


TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE / DIRETOR/A

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “As relações de gênero e o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental 1 da rede pública de ensino do município de Teresina-PI”, tendo como pesquisadora a graduanda Nayara Ribeiro Matos e Pesquisador Responsável, orientador Profº Dr. Jânio Jorge Vieira de Abreu. O objetivo geral do trabalho é analisar como a escola pública de ensino fundamental I, através dos processos de ensino e aprendizagem, aborda e constrói os assuntos relacionados às relações de gênero em seu cotidiano, para apreender seu impacto no ambiente escolar. Terá como instrumento de recolha de dados um questionário, a fim de construir o perfil profissional dos participantes da pesquisa, a observação da prática docente e entrevista guiada realizada com os/as professores/as, o/a coordenador/a e Diretor/a da instituição, no município de Teresina-Piauí. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Essa investigação trará benefícios aos participantes da pesquisa, colaborando para a prática no Ensino Fundamental que possibilite uma educação para as relações de gênero, orientando os/as professores/as e a comunidade escolar para as possibilidades de discutir a temática proposta em conjunto com as disciplinas e projetos cotidianos. Destacamos que esta pesquisa pode trazer riscos como constrangimentos, intimidações e exposição indevida dos participantes. No entanto, para evitar os riscos ou qualquer mal-estar aos participantes do estudo, evitaremos qualquer procedimento que venha submetê-los a estas situações, preservando sua integridade. Serão adotadas medidas para evitar e minimizar possíveis desconfortos, iniciando por garantir que as ações ocorram em espaços reservados e com a garantia de total sigilo, privacidade. Caso venha a ocorrer algum constrangimento, mal-estar, ou algum tipo de dano à pessoa participante, serão tomadas as providências no sentido de saná-las. A/o participante terá o tempo necessário para decidir, autonomamente, sua participação ou não na pesquisa, terá o direito à liberdade para recusar sua participação, para retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Terá, ainda, o direito de receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita, requerer indenização por danos, receber resarcimento de gastos (incluindo os de acompanhantes). Às/aos participantes serão garantidos o acesso aos resultados da pesquisa, assim como, a confiabilidade dos seus dados e de sua privacidade na pesquisa. Todas/os as/os participantes receberão orientações e esclarecimentos de suas dúvidas e poderão recorrer aos contatos, descritos abaixo,

para obter qualquer informação sobre a pesquisa e, ainda, poderão entrar em contato com o Comité de Ética em Pesquisa – CEP, localizado no Centro Universitário UNINOVAFAPI, endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123 – Uruguaí, CEP: 64073-505 - Teresina – Piauí, pelo telefone - (086) 2106-0738, e-mail: cep@uninovafapi.edu.br. O CEP/UNINOVAFAPI tem por finalidade identificar, definir, orientar e analisar as questões éticas implicadas nas pesquisas científicas que envolvam seres humanos, individual e/ou coletivamente, direta ou indiretamente, observando a defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa no desenvolvimento dentro de padrões éticos. Este documento é assinado em duas (02) vias ao serem rubricadas em todas as páginas e assinada, ao seu término, pelo participante ou representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, sendo que o participante receberá uma via.

Teresina – PI, _____ de _____ de 2024.



Assinatura do Pesquisador Responsável – Orientador



Assinatura da aluna Pesquisadora – autora

Assinatura do/a participante – colaborador/a

Contato:

Aluna pesquisadora: Nayara Ribeiro Matos

Email: nayaramatos@aluno.uespi.br

Endereço: Av. Duque de Caxias, nº 6432, Bairro: Buenos Aires

Cidade: Teresina-PI, CEP: 64009170 Telefone: (86) 9 88058374

Pesquisador Responsável: Jânio Jorge Vieira de Abreu

Telefone (86) 9 8858 1110 Email: janiojorge@ccm.uespi.br

Endereço: Quadra I – 01, Casa 16, Conjunto Porto Alegre, Bairro: Esplanada, CEP: 64039540, Teresina – PI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA - CCM
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE /
COORDENADOR/A**

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “As relações de gênero e o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental 1 da rede pública de ensino do município de Teresina-PI”, tendo como pesquisadora a graduanda Nayara Ribeiro Matos e Pesquisador Responsável, orientador Profº Dr. Jânio Jorge Vieira de Abreu. O objetivo geral do trabalho é analisar como a escola pública de ensino fundamental I, através dos processos de ensino e aprendizagem, aborda e constrói os assuntos relacionados às relações de gênero em seu cotidiano, para apreender seu impacto no ambiente escolar. Terá como instrumento de recolha de dados um questionário, a fim de construir o perfil profissional dos participantes da pesquisa, a observação da prática docente e entrevista guiada realizada com os/as professores/as, o/a coordenador/a e Diretor/a da instituição, no município de Teresina-Piauí. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Essa investigação trará benefícios aos participantes da pesquisa, colaborando para a prática no Ensino Fundamental que possibilite uma educação para as relações de gênero, orientando os/as professores/as e a comunidade escolar para as possibilidades de discutir a temática proposta em conjunto com as disciplinas e projetos cotidianos. Destacamos que esta pesquisa pode trazer riscos como constrangimentos, intimidações e exposição indevida dos participantes. No entanto, para evitar os riscos ou qualquer mal-estar aos participantes do estudo, evitaremos qualquer procedimento que venha submetê-los a estas situações, preservando sua integridade. Serão adotadas medidas para evitar e minimizar possíveis desconfortos, iniciando por garantir que as ações ocorram em espaços reservados e com a garantia de total sigilo, privacidade. Caso venha a ocorrer algum constrangimento, mal-estar, ou algum tipo de dano à pessoa participante, serão tomadas as providências no sentido de saná-las. A/o participante terá o tempo necessário para decidir, autonomamente, sua participação ou não na pesquisa, terá o direito à liberdade para recusar sua participação, para retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Terá, ainda, o direito de receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita, requerer indenização por danos, receber resarcimento de gastos (incluindo os de acompanhantes). Às/aos participantes serão garantidos o acesso aos resultados da pesquisa, assim como, a confiabilidade dos seus dados e de sua privacidade na pesquisa. Todas/os as/os participantes receberão

orientações e esclarecimentos de suas dúvidas e poderão recorrer aos contatos, descritos abaixo, para obter qualquer informação sobre a pesquisa e, ainda, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, localizado no Centro Universitário UNINOVAFAPI, endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123 – Uruguaí, CEP: 64073-505 - Teresina – Piauí, pelo telefone - (086) 2106-0738, e-mail: cep@uninovafapi.edu.br. O CEP/UNINOVAFAPI tem por finalidade identificar, definir, orientar e analisar as questões éticas implicadas nas pesquisas científicas que envolvam seres humanos, individual e/ou coletivamente, direta ou indiretamente, observando a defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa no desenvolvimento dentro de padrões éticos. Este documento é assinado em duas (02) vias ao serem rubricadas em todas as páginas e assinada, ao seu término, pelo participante ou representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, sendo que o participante receberá uma via.

Teresina – PI, _____ de _____ de 2024.

Jânio Jorge Vieira de Abreu

Assinatura do Pesquisador Responsável – Orientador

Nayara Ribeiro Matos

Assinatura da aluna Pesquisadora – autora

Assinatura do/a participante – colaborador/a

Contato:

Aluna pesquisadora: Nayara Ribeiro Matos

Email: nayaramatos@aluno.uespi.br

Endereço: Av. Duque de Caxias, nº 6432, Bairro: Buenos Aires

Cidade: Teresina-PI, CEP: 64009170 Telefone: (86) 9 88058374

Pesquisador Responsável: Jânio Jorge Vieira de Abreu

Telefone (86) 9 8858 1110 Email: janiojorge@ccm.uespi.br

Endereço: Quadra I – 01, Casa 16, Conjunto Porto Alegre, Bairro: Esplanada, CEP: 64039540, Teresina – PI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA

CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
PROFESSOR ORIENTADOR / RESPONSÁVEL: JÂNIO JORGE VIEIRA DE ABREU
ALUNA PESQUISADORA: NAYARA RIBEIRO MATOS



CARTA DE APRESENTAÇÃO E CONVITE À PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Apresentamos a aluna Pesquisadora Nayara Ribeiro Matos, aluna do IX Bloco do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Clóvis Moura, turno manhã, matrícula nº 1075826, a qual está desenvolvendo um trabalho de pesquisa cujo título é “As relações de gênero e o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental 1 na rede pública do município de Teresina-PI”, sob a orientação do Profº Dr. Jânio Jorge Vieira de Abreu.

Para isso, a aluna supracitada necessita de sua contribuição respondendo um questionário perfil profissional, concedendo uma entrevista e autorizando observações da prática das professoras em sala de aula.

Informamos que todas as ações de pesquisa realizadas e os dados produzidos na instituição contribuirão para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC da aluna, mas garantimos total discrição (anonimato) das/os colaboradores/as do estudo e da instituição pesquisada, respeitando e aplicando todos os princípios éticos da pesquisa de acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil, documentos que asseguram que os pesquisadores responsáveis evitem ou amenizem os riscos, garantam a dignidade, o bem-estar e os direitos dos participantes da pesquisa, bem como os benefícios do estudo.

Informamos ainda que o estudo no campo, por envolver pessoas, será realizado com a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UNINOVAFAPI.

Agradecemos antecipadamente o apoio e atenção dispensada e estaremos à disposição para maiores esclarecimentos sobre a realização da pesquisa através dos telefones e e-mails: Profº Orientador - Celular (86) 988581110; e-mail institucional: janiojorge@ccm.uespi.br; aluna pesquisadora: celular (86) 988058374; e-mail institucional:

nayaramatos@aluno.uespi.br. Sem mais a acrescentar, contamos com a colaboração de V. Sa.
Encaminhando satisfatoriamente a nossa solicitação.

Teresina (PI), 12 de junho de 2024.

Jânio Jorge Vieira de Abreu

Jânio Jorge Vieira de Abreu /a (Mat. UESPI nº 157143-5) – Pesquisador/a responsável

Nayara Ribeiro Matos

NayaraRibeiro Matos (mat. UESPI nº 1075826) – AlunaPesquisadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA - PMT
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEMEC

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO E INFRAESTRUTURA

Enquanto diretor (a) responsável pela instituição, eu _____ estou de pleno acordo com o/a Professor/a Orientador/a Jânio Jorge Vieira de Abreu e a discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI, **Nayara Ribeiro Matos**, responsáveis pelo projeto intitulado: “As relações de gênero e o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental 1 na rede pública do município de Teresina-PI” a realizarem a pesquisa proposta no projeto supracitado que tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas relacionadas às relações de gênero desenvolvidas pelos professores/as para apreender seu impacto e sua contribuição no ambiente escolar do Ensino Fundamental I. A pesquisa será realizada com a participação de quatro (04) professores/as e equipe gestora (Diretor e Coordenadora) que se comprometeram em realizar o estudo de forma livre, espontânea e sigilosa, tendo a garantia de que será respeitado o anonimato dos participantes e todos os princípios éticos da pesquisa de acordo com a resolução 510/2016 CNS/MS. Nesse sentido, concordo em autorizar a execução da respectiva pesquisa na referida escola, declarando estar ciente da co-responsabilidade como instituição co-participante do projeto de pesquisa, e do compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar, o que inclui: oferecer o local apropriado para a realização das entrevistas, aplicação de questionários e observação com os/as professores/as e realização de entrevistas e aplicação de questionários com o Diretor e Coordenadora participantes do estudo; garantia da confidencialidade, anonimato e não utilização das informações em prejuízo de outros; emprego de dados somente para fins previstos nesta pesquisa; retorno dos benefícios obtidos através deste estudo para as pessoas participantes, escola e comunidade onde foi realizado. Fica garantido ainda que, caso necessário, a qualquer momento, como instituição co-participante desta pesquisa, poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem prejuízo a esta ou a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação de seus integrantes. Declaro, ainda, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização, bem como os partícipes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Teresina - PI, _____ de _____ de 2024.